



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

José Mário Costa Lima

Relação entre jornalistas e fontes de informação: uma
visão sobre o fenómeno do futebol

Setembro de 2008



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Nome:

José Mário Costa Lima

Endereço electrónico: zemabraga@sapo.pt

Número do Bilhete de Identidade: 12607135

Título:

Relação entre jornalistas e fontes de informação: uma visão sobre o fenómeno do futebol

Orientadora:

Professor José Manuel Mendes

Mestrado:

Mestrado em Ciências da Comunicação – Área de Especialização em Informação e Jornalismo

Universidade do Minho, 21 de Setembro de 2008



AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de Mestrado não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas a quem eu deixo um agradecimento para toda a vida:

- ✚ A toda a minha família, amigos e namorada por me terem proporcionado tantas coisas boas, inclusive a nível académico.
- ✚ Ao meu avô Mário e ao Zé Manel, entretanto falecidos no período em que eu escrevi esta dissertação, por me terem mostrado que a humildade é das coisas mais bonitas da vida.
- ✚ Ao José Manuel Ribeiro, meu orientador de estágio, por nunca me ter “abandonado” naqueles 90 dias na redacção do JOGO.
- ✚ Ao Prof. José Manuel Mendes, meu orientador formal, pela compreensão e entrega que teve por mim.
- ✚ Aos meus colegas de universidade que considero grandes amigos – Leonel, Pinhão, Sérgio, Juliano, Duarte, Anabela e outros mais.
- ✚ A toda a redacção do JOGO (fotógrafos, jornalistas, secretárias, gráficos, directores, etc.) por me ter acolhido de uma maneira tão especial.
- ✚ Ao Tozé, Jorge Fonseca, Melo Rosa, Mónica, Cristina, Jorge Maia, Fernando Rola, Rui Ferreira e Adriano Palhau por terem acrescentado tanta coisa à minha formação enquanto jornalista.
- ✚ Ao meu grande amigo Pedro Rocha, que para lá de ser uma pessoa ímpar no jornal O JOGO e de me ter “puxado as orelhas” na hora certa, sempre me incentivou quando eu pensava que o melhor era desistir da ideia de me tornar jornalista.



RESUMO

Esta dissertação centra-se na avaliação da relação que se estabelece entre as fontes de informação e os jornalistas. Através de algumas situações vivenciadas por mim, durante o meu estágio realizado num jornal desportivo de tiragem diária, procuro mostrar as mais variadas relações que existem entre jornalistas e fontes de informação no desporto português, e mais especificamente no futebol. Sabendo do actual papel do jornalista como um veículo de liberdade num meio cada vez mais capitalista como é o da comunicação social, tento referir o que pretendem os jornalistas das fontes de informação e vice-versa. Pretendo, ainda, verificar se nesta relação de (des)confiança há lugar para o encobrimento de qualquer tipo de informação operado por algumas das partes, concretamente, se estas situações se verificarem no jornalismo desportivo.

A partir da influência de alguns autores, sobretudo da obra de Rogério Santos¹, este trabalho surgiu de um desejo pessoal de trabalhar um tema que durante cinco anos de licenciatura foi praticamente ignorado, mas que considero ser fundamental para a boa prática do jornalismo: sendo criativo este pode ser, igualmente, honesto, no sentido de não escamotear informação ao leitor.

Palavras-chave: fontes de informação; negociação; campo da notícia; desporto;

¹ Ver referência bibliográfica



ABSTRACT

The following essay sets its focus on the evaluation of the relationship between the information sources and the journalists. Based on some situations, which I have experienced during the training I did at a daily sports newspaper, I try to show the diverse relationships that occur between the journalists and their information sources in the world of the Portuguese sports, and more specifically in football. Being aware of the role of the journalists as a mean of freedom in the 21st century, in an area, such as the mass media, which is becoming increasingly more capitalist, I try to mention what journalists want from their information sources as well as the other way around. I intend to analyse if in this relationship of (dis)trust there is place for the covering up of any type of information from any side, specifically, when these situations happen inside the sports journalism.

Having as a starting point some authors, especially Rogério Santos' work², this essay was born from the personal will of working on a theme almost ignored during the five years of my degree, but which I consider to be vital for the good practice of journalism: being a creative work, journalism should also be honest by not hiding any information from the readers.

Key words: information sources, negotiation; the field of the news; sport

² See bibliographical reference



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1. PERGUNTA DE PARTIDA	11
1.1. FONTES DE INFORMAÇÃO: O QUE SÃO?	11
1.2. O PRIMEIRO DIA NO JORNAL	14
1.3 (DES)CONFIANÇA ENTRE JORNALISTA E FONTES	16
1.4. HIERARQUIZAÇÃO DAS FONTES	20
2. A NOTÍCIA E O SEU CAMPO SOCIAL	24
2.1 ESTÁGIO: REPORTAGEM	24
2.2. ESTÁGIO: NO CAMPO E SEM AJUDAS	27
2.3. NOVO JORNALISMO	29
2.4 CAMPO DA NOTÍCIA	31
3. O FUTEBOL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS	38
3.1 O FUTEBOL NO DIA-A-DIA DO JORNALISTA	39
3.2. AS RELAÇÕES PÚBLICAS NO FENÓMENO DESPORTIVO	43
4. CONCLUSÕES	52
4.1. CAMPO DA NOTÍCIA: UM LUGAR DE LUTA E ENTREAJUDA	56
4.2. AS CONSTANTES MUDANÇAS NO JORNALISMO ALIADAS AO PROBLEMA DAS FONTES	57
4.3. RELAÇÕES PÚBLICAS: AJUDA OU OBSTÁCULO?	59
4.4. A INTERNET COMO UM MEIO REVOLUCIONÁRIO NO JORNALISMO	60
4.5. ESTUDO DAS FONTES NO JORNALISMO PORTUGUÊS	62
4.6. PONTES PARA O FUTURO	64
5. BIBLIOGRAFIA	66
6. ANEXOS	69



INTRODUÇÃO

Recordo com emoção os meus aniversários há uns 12/15 anos atrás como uma festividade esperada impacientemente ao longo do ano. É evidente que para esta dissertação isso pouco importa. Mas tenho que fazer este exercício de memória para exemplificar o meu gosto pelos pontapés, pelos golos, pelas fintas.

Quando alguém me oferecia uma bola de futebol nesse dia, era a melhor coisa que me podiam dar. Era como tivesse ganho a taluda sorteada num jogo da sorte. Ficava feliz, sentia-me a estrela da companhia naquele meu núcleo de amigos e o meu desejo mais sublime acabara de ser concretizado.

Penso que o meu gosto pelo futebol é inato, pelo desporto, melhor dizendo. Evidente que o futebol ocupa uma parte substancial nesse gosto. Não só por culpa do meu pai, que me levava a assistir aos jogos, mas também pela minha própria cumplicidade nesse prazer. A vontade de jogar num estádio, com bandeiras e cachecóis a abanarem por toda a plateia era gigantesco. Todavia, a minha habilidade não coincidiu com a vontade. Perdia-se assim um sonho como tantos outros, sonhos comuns à de outras tantas crianças. Mas não a paixão pelo desporto.

Hoje em dia, e reportando-me ao nosso país, o futebol é sem dúvida o desporto rei em Portugal. Apenas o futebol é capaz de unir tantas almas em torno de um objectivo; somente o futebol consegue aproximar-se das novelas (figura de proa nos ecrãs portugueses) no primeiro lugar do ranking nas audiências televisivas³. E isto só para referir alguns exemplos. Mais à frente, falarei do contributo de Albertino Gonçalves e do ensaio sobre a popularidade do futebol.

Há sempre uma parte de mim que sorri quando ouve comentários em desfavor do jornalismo desportivo, injuriosos, por vezes. Porventura, este gosto pelo simples facto de ver 22 jogadores a correr atrás de uma bola pode provocar estranheza. Os comentários ofensivos é que eram evitáveis. A ignorância do ser humano é uma virtude/defeito perfeitamente normal. E ignorância é coisa que não tem faltado no meio intelectual do nosso país.

³ in <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1163.aspx> - consultado a 20/09/08



Sempre que me perguntavam se eu um dia queria envergar por outro ramo do jornalismo que não o desportivo, a minha resposta foi sempre categórica. Um redondo não. E porquê? Porque nunca considerei o jornalismo desportivo como um escape, mas como prioridade. Porque esse é o meu sonho, é algo em que eu acredito, porque temos bons profissionais em Portugal, mas às vezes as “avestruzes” preferem não ver tamanho facto. Deprime-me profundamente as críticas do género: “jornalismo desportivo não é jornalismo”. É essa ignorância – e peço desculpa pela repetição no termo - que me deixa boquiaberto. Será o jornalismo desportivo menos jornalismo que o económico, político ou cultural ou generalista? Para mim, não. Nem pode ser. Só o facto de um profissional da comunicação ter que analisar um simples jogo de futebol, andebol, *rugby* ou outro a tarefa é mais difícil do que inicialmente se pensa. Porque está inerente a essa análise a parte crítica do jornalista: se este ou aquele jogador fez uma boa exibição, se este ou aquele defendeu e atacou bem e por aí em diante. Ou seja, a objectividade fica em suspenso, é muito complicado reunir a crítica (porque tem mesmo de se criticar bem ou mal para informar o leitor, o telespectador ou o ouvinte) juntamente com um carácter objectivo ao transmitir a notícia, o acontecimento. Tarefa árdua e que não se socorre de protagonismo vaidoso.

Não é menos verdade que o desporto e nomeadamente o futebol têm sido alvo das entidades judiciais em Portugal (“Apito Final” é o mais recente caso). Admito que isso desacredita o desporto honesto e íntegro. Mas atribuir essa culpa ao desporto é um erro. Porque se este está ou se vai descredibilizando, a culpa é dos homens e mulheres que nele coabitam, dos dirigentes do nosso país. Atribuir essa culpa à sua essência é deveras enganadora e nada eloquente.

Como supra mencionei, a minha escolha para estagiar num desportivo era uma prioridade. O jornal O JOGO foi a minha primeira escolha para o desenrolar da minha formação. Porque considerava ser o melhor jornal do país, com grandes profissionais e um bom trabalho de campo.

O objectivo desta tese é focar o meu trabalho de estágio n’O JOGO com o tema mencionado: a relação dos jornalistas com as suas fontes de informação. Penso que não fazia sentido separar o relatório de estágio com a minha dissertação porque as leituras por mim efectuadas dos variados autores vão de encontro a exemplos vividos pela



minha pessoa no dia-a-dia enquanto estive no Porto, a estagiar no jornal. No fundo, as experiências que tive oportunidade de realizar no jornal, servem para exemplificar/sustentar/opor ou corroborar sobre o tema que falarei - sempre relacionado com as fontes de informação.

Quanto aos autores neste projecto, o contributo de todos foi obviamente importante mas o que mais me influenciou foi o trabalho de Rogério Santos. Porque contempla um aprofundamento sobre as fontes de informação e suas principais características quando trabalhadas pelo jornalista, dando alguns exemplos vividos pelo próprio no interior de uma redacção.

Este trabalho procura, essencialmente, demonstrar as relações do jornalista com as fontes de informação numa visão mais específica sobre o fenómeno do futebol. Podia dizer que pretendia fazer um trabalho na relação no desporto em geral. E honestamente gostaria. Mas como a maior parte dos dias no jornal foram passados a escrever sobre futebol, achei por bem restringir a uma só modalidade do desporto, apesar de ao longo da dissertação falar a espaços sobre outras modalidades porque também escrevi sobre elas. Todavia, outros aspectos não foram descurados: a constante mutação do jornalismo, como são os casos dos grandes grupos económicos ou a precaridade na actividade de jornalista. Ou ainda o recurso à internet, a nova vaga de jornalismo (Existe? É boa? Má? E onde estão as fontes de informação?). No essencial, todos os temas serão objecto de análise tendo como principal pressuposto as fontes de informação e o próprio profissional da comunicação.

Ouvindo a opinião do meu orientador formal, decidi entrevistar três jornalistas desportivos⁴: Pedro Rocha, Jorge Fonseca e José Manuel Ribeiro, este último meu orientador de estágio no Jornal O JOGO. Através de algumas perguntas que lhe foram colocadas individualmente sobre a relação entre fontes e jornalistas, responderam a todas elas, cada um na sua perspectiva e vivência jornalística. Penso que era importante neste estudo recolher o depoimento de três jornalistas que incluíssem determinados parâmetros: experiência, profissionalismo e com provas dadas no jornalismo desportivo.

⁴ Ver anexo 1



Para finalizar esta nota introdutória, referir que os exemplos dados por mim são apenas para que o leitor deste projecto possa ter uma ideia mais concreta para que tudo lhe seja mais claro. E nada mais, sem qualquer outro tipo de objectivo.

“Se perdesse o controlo da imprensa, não duraria três meses no poder”

Napoleão Bonaparte



1. PERGUNTA DE PARTIDA

«As informações transcritas pelo jornalista são condicionadas de forma a não denegrir a entidade que uma fonte de informação privilegiada do mesmo jornalista representa?»

1.1. FONTES DE INFORMAÇÃO: O QUE SÃO?

A notícia requer algo mais de que um simples facto. O termo “simples” não está na frase por mero acaso. É e tem de ser muito mais do que isso. Tobias Peucer cit. por Sousa⁵, um dos autores percursos do jornalismo contemporâneo, evidencia cinco características das notícias: pode haver notícias sobre tudo; as notícias referem-se a acontecimentos actuais; as notícias trazem novidades; as notícias são úteis e o sucesso das notícias ganha forma devido à curiosidade e interesse humanos. É evidente que quando um jornalista escreve uma determinada notícia, outros factores estão aí contidos, tais como a noticiabilidade e seus critérios: o que é insólito, catastrófico, importante, negativo, cidadãos conhecidos, o que é interessante, entre outras. A notícia é, sem dúvida, um *melting pot* de pressupostos antecipadamente aceites (ou não) pelo profissional da comunicação. É ponto assente que a notícia também não acontecia se não existissem as fontes de informação. Sem elas, o jornalista andava “sozinho” no mundo da informação. “Define-se notícia como uma construção social em torno de dois agentes. O primeiro é a fonte de informação, com interesses na promoção e divulgação de certos factos. O segundo interveniente é o jornalista, que noticia os acontecimentos e desoculta segredos das fontes”⁶. Com elas (fontes), ele (jornalista) tem um aliado. Ou será que tem um cúmplice nos dias bons e um inimigo nos dias mais cinzentos? Afinal,

⁵ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf> - consultado em 3/04/2008

⁶ in http://www.unav.es/fcom/cicom/19cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio_santos.pdf - consultado em 21/8/2008



o que são fontes de informação? Nascem de um dia para o outro, vamos à procura delas ou elas vêm ter connosco?

O que se pretende nesta primeira parte do trabalho é, de uma forma genérica, explicar este conceito de fontes de informação. Explicar o que são, o que pensam genericamente os variados autores sobre elas e a sua relação com os jornalistas.

As fontes de informação são, no estudo do jornalismo contemporâneo, uma parte fulcral nessa investigação. Porque o jornalismo mudou, porque os meios a que o cidadão comum tem acesso aumentaram, porque a economia de mercado, o lucro empresarial é uma constante no jornalismo. A notícia não é uma “coisa” semelhante se recuarmos uns 30 ou 40 anos. O jornalismo está diferente. Piedrahita (1993:30) refere exactamente isso: “Já não é o velho jornal do dia anterior, mas sim o do mesmo dia ou de meia hora antes.” E se isso é assim tão evidente, o trabalho de jornalista torna-se obrigatoriamente mais exigente. “O *instanteísmo* tornou-se o ritmo normal da informação” (Ramonet,1999:73). Se a informação tem esse ritmo avassalador em que a notícia é tratada como uma mercadoria, inerente à forte concorrência dentro dos vários media, o jornalista é que acaba por pagar uma farta factura. Factura essa que implica o recurso às fontes: se a fonte precisa do jornalista, este também depende muito daquela - o campo da notícia é um lugar de interacção entre jornalista e fonte. “Existe um certo grau de mistério e magia à volta do problema das fontes de informação”, como explica Pinto (1999). Segundo este autor, citando Gomis (1999:3), “as fontes são pessoas, grupos, são instituições sociais ou são vestígios – discursos, documentos, dados – por aqueles deixados”. Quanto aos tipos de fontes de informação, Pinto, citando McNair (1999), demonstra quais são:

“Segundo a natureza, fontes pessoais ou documentais; públicas ou privadas. Segundo a duração, fontes episódicas ou permanentes. Segundo o âmbito geográfico, fontes locais, nacionais ou internacionais. Segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/secundárias. Segundo a atitude face ao jornalista, fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes). Segundo o estatuto de visibilidade exigido, fontes assumidas ou fontes confidenciais. Segundo a metodologia ou a estratégia de actuação” (p.3).



Como se pode ver, são inúmeros os tipos de fontes que o jornalista tem à sua disposição. Mormente a quantidade de fontes, os problemas também são mensuráveis aquando da elaboração da notícia.

Não é difícil perceber o que querem os jornalistas das fontes: informação, matéria ou acontecimentos importantes que se mostrem como valor-notícia. “Uma estória depende do que o repórter conseguir ou não que as fontes digam algo com valor-notícia” (Serrano, 1999:9). Mas o que querem as fontes dos jornalistas? Querem apenas ajudar o jornalista ou escondem algo mais por detrás dessa ajuda? Rogério Santos, numa entrevista ao Diário de Notícias⁷, explica que “a relação entre jornalistas e fontes de informação é complexa, marcada por rotinas e interesses vários, apoiada num confronto mais ou menos difícil de gerir entre as esferas pública e privada”. Mas “essa relação é sobretudo negociada”. Indo ao encontro de Rogério Santos, Manuel Pinto, citando Gomis (1999:3), refere o seguinte: “Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas, são fontes interessadas”.

Os problemas que muitas vezes surgem no caminho do jornalista têm culpados: as fontes são, por vezes, um entrave à boa informação, à veracidade e imparcialidade. Há mais culpados neste trilha travesso na procura de informação mas as fontes têm uma *mea culpa* na matéria. O que se deve reter é que as fontes não são inocentes; as fontes de informação preocupam-se em andar sempre atrás das notícias para saber o que dizem delas (Santos, 1997). O mesmo autor (1997) apelidou este conflito de interesses entre jornalistas e fontes como campo de notícia.

O jornalista tem sempre a última palavra; é ele que tem a palavra final. No entanto, as fontes procuram, ao divulgar uma informação, esconder o que de menos bom se passa quando se trata de uma instituição e informam conscientemente o jornalista aquilo que apenas lhes interessa. “Tentam manter a reputação pública enquanto se esforçam por ter privada a informação que afecte a sua imagem”⁸. Como relata Santos (1997:175), “Negociar entre fonte e jornalista pode ter uma dimensão de âmbito semelhante à do jogo diplomático”. O jornalista deve ser um árbitro/juiz: ouvir as diferentes fontes de informação e não unicamente aquela que lhe convém, que menos

⁷ in http://dn.sapo.pt/2006/07/25/media/jornalistas_e_fontes_negoceiam_relac.html - consultado a 23/03/2008

⁸ in http://www.unav.es/fcom/cicom/19cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio_santos.pdf - consultado a 21/08/2008



trabalho dá a procurar e por aí em diante. Acima de tudo tem de ser profissional e “correr” atrás da verdade dos acontecimentos.

1.2. O PRIMEIRO DIA NO JORNAL

Recordo agora o meu primeiro dia no jornal. Posso dizer que ainda lembro esse dia número um com grande vivacidade. Enquanto esperava pelo orientador de estágio, ocupava uma secretária de um qualquer profissional que naquela segunda-feira se encontrava de folga. A redacção não era grande. Digo “era” porque, entretanto, poucos dias de ter findado o estágio curricular, o jornal mudou de instalações. Voltando à redacção, ela era composta por cerca de 30 elementos. À entrada, encontravam-se os jornalistas do on-line e numa sala mais ampla os restantes profissionais divididos pelas secções: Nacional, Porto, Internacional e Modalidades. As condições não eram as melhores: não havia janelas e até se ouviam boatos que os ratos adoravam fazer companhia enquanto os jornalistas trabalhavam nos respectivos computadores. Nesse meu primeiro dia, viajei sozinho de comboio, mas acompanhado de um intenso nervosismo, fruto natural de quem ia (e queria) ser posto à prova. Nunca mais vou esquecer o meu primeiro dia no jornal: o José Manuel Ribeiro disse-me que ia para a secção do Internacional. Aí conheci o João Araújo que logo tratou de me pôr à vontade com o seu sentido de humor bastante apurado. O João tinha-me perguntado se eu sabia alguma coisa de italiano. Nunca até então tinha lido nada, apenas visto qualquer coisa daquele país. Mas arrisquei. Não podia dizer que ‘não’ e foi isso que fiz. Entregou-me uns *presses releases* de agências internacionais e pediu-me para fazer quatro breves de 500 caracteres cada. No dia seguinte, folheei o jornal e a minha primeira peça estava lá, naquela mítica – aos meus olhos – edição de terça-feira, mesmo sem a minha assinatura. Tive os meus 15 minutos de fama.

Não me alongarei muito nas minhas experiências no jornal. Contudo, tal como o meu primeiro dia, o estágio servirá para corroborar alguns aspectos teóricos desta dissertação. Como se pôde constatar no parágrafo acima, os jornais usam fontes de outros órgãos de informação. O próprio jornalista funciona como fonte de informação (Santos, 1997). Enquanto estive no jornal houve uma altura que uma fonte se virou contra outra; jornalista versus jornalista. Por volta do mês de Dezembro, um



determinado jogador que ia assinar pelo Benfica foi dado como certo no clube da capital portuguesa pelo jornal O JOGO. Todavia, passados uns dias a Renascença desmentia tal informação, chegando a relatar nas ondas hertzianas aos seus ouvintes que o mesmo jogador não ia assinar pelo Benfica. Estranho foi que passados mais uns dias, a mesma estação abria os microfones do estúdio com a notícia: “Rádio Renascença sabe em primeira-mão que Makukula vai assinar pelo Benfica”. Contradição? Excesso de protagonismo? Na verdade, este caso não passou ao lado de Manuel Tavares, Director de O JOGO, que criticou ferozmente a Rádio Renascença por não ser virgem nestes casos de guerrilhas entre medias, no editorial do jornal⁹.

Não há muito o costume dos jornalistas indicarem as suas fontes. Prefere-se procurar as notícias nas agências noticiosas ou na Internet e dizer que a “nossa” notícia é um exclusivo. Assim, o jornalista engana-se a si próprio. Como afirma Ramonet (1999:20), os media “auto-estimulam-se, sobre excitam-se uns aos outros”. Há de facto nos dias de hoje uma concorrência feroz entre os media. Centremo-nos apenas na parte da escrita pura e não do lucro - deste último falarei mais à frente.

Em Portugal, os jornais desportivos são vendidos em grande número¹⁰. Todos os dias é necessário que esse número de jornais não pare de vender e até se pensa em aumentá-lo. Isso conduz a uma concorrência levada ao extremo em que a ‘minha notícia tem que ser melhor que a tua’ ou ‘eu sei que aquela equipa vai ter um reforço de peso’ ou que ‘o jogador A vai ser alvo de um processo disciplinar’. Tentar chegar a esse exclusivo – mesmo que se diga que é exclusivo quando na realidade não o é – é objectivo primordial de qualquer meio de comunicação especializado, e falando em desporto essa responsabilidade aumenta. Voltando a Ramonet (1999:15), um autor crítico do modo de fazer jornalismo na actualidade, diz-nos que “os media encontram-se sujeitos a uma concorrência cada vez mais feroz; as pressões comerciais intensificam-se”. E continua: “Hoje muitos quadros dirigentes dos media vêm do universo empresarial, e não do mundo do jornalismo”(Id.).

Foi por algumas vezes que também eu negligencieei as minhas fontes quando escrevia alguma notícia. Não porque o quisesse mas antes porque já parece ser uma prática instalada no jornalismo desportivo português. Não tanto (ou até nenhuma vez) quando

⁹ Ver anexo 2

¹⁰ Ver anexo 3



trabalhava com os profissionais que tratavam o futebol nacional, mas no futebol internacional isso era uma constante. Dezenas de papéis chegavam à secretária do editor do futebol internacional para ele escolher quais as notícias que sairiam na edição do dia seguinte. Raras eram as vezes em que o jornalista do JOGO referia a fonte de informação. Não o faz o jornalista do JOGO, nem tão pouco o do jornal RECORD ou de A BOLA. E digo-o com factos verídicos, pois via que notícias que eram dadas em primeira-mão em sites mundiais sobre este ou aquele jogador/equipa e eram transcritos para os jornais desportivos mencionados sem que essa fonte fosse referida. Houve até uma vez que no jornal, num tom irritado, alguém protestou: “os gajos deste site nem referiram que a notícia foi dada por nós”. Não é uma boa forma de actuar por parte de jornais, rádio, sites da Internet, televisões. Porque o trabalho de investigação parece não valer mais a pena e ficar à espera que o outro faça o “meu” trabalho. “Actualmente, com a Internet e todos os meios de comunicação, qualquer pessoa se torna jornalista” (Ramonet, 1999:56). Mas o crítico espanhol não deixa de indagar os leitores numa pergunta substancialmente retórica: “o que resta ao ‘jornalista profissional?’”.

É nisto que a sociedade (sobretudo a classe dos jornalistas) deve unir forças. Apesar do poder económico ser o general de fato e gravata do jornalismo e não só, a honestidade, a relação saudável entre os media deve prevalecer para que haja uma concorrência leal e saudável, mesmo numa sociedade capitalista e global. A imprensa deve rever-se nos jornais da Idade Média: quando estes eram um veículo de liberdade (Montalbán, 1997). O cidadão comum agradecerá.

Outro aspecto a realçar quando se trata as fontes de informação é a relação de (des)confiança que os jornalistas têm com aquelas. Eu vivi por dentro essa experiência no jornal.

1.3 (DES)CONFIANÇA ENTRE JORNALISTA E FONTES

O objectivo dessa tarde como tantas outras era fazermos uma “coisa engraçada” para assinalar uma data especial: o aniversário de um presidente de futebol do campeonato nacional da primeira divisão. O que eu e o Pedro, meu acompanhante na



tarrafa, decidimos fazer foi tentar falar com outras pessoas que sabiam mais do que nós sobre vida privada do referido presidente. E assim foi. Nesse dia, peguei no telefone da redacção e falei com um dirigente desse mesmo clube. Confesso que estava um pouco nervoso, já que era a primeira vez que falava com alguma fonte ao telefone; até então apenas o contacto pessoal tinha sido “usado” por mim. Identifiquei-me como jornalista do jornal O JOGO. Não sei se deveria ter dito que era estagiário; na altura foi o que me veio à cabeça, foi instantâneo, quiçá com medo que essa fonte não se mostrasse tão receptiva a fornecer-me informações. De facto, até eu fiquei surpreendido com tanta receptividade da fonte. Mas à atenção de um ponto prévio. “Podemos estar perante uma situação em que, mesmo tratando-se de um primeiro encontro entre um jornalista e fonte, não se estabelece uma relação de confiança, unilateral ou bilateralmente” (Marinho, 2000:354). E tal como sugere Traquina (1993:172): “As melhores fontes são aquelas que já demonstraram a sua credibilidade e nas quais os jornalistas podem ter *confiança*”. A confiança parecia ter sido recíproca. No entanto, essa confiança foi antecipadamente apalavrada por mim e pelo receptor. Ele dizia-me aquilo que me interessava, mas em troca pediu-me anonimato. Por mútuo acordo foi ali estabelecida uma relação de confiança. Quando escrevi a notícia dizia que “o presidente é, na intimidade, uma pessoa brincalhona, segundo fontes próximas”. Não deixei de referir as fontes, mas também não especifiquei nomes de pessoas importantes na hierarquia da colectividade. “Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais do que outras pessoas; daí devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio, a mais correcta” (Traquina, 1993:172). Tal como Estrela Serrano (1999) vinca, Traquina (1993) suporta a ideia, em trabalho de campo, que as pessoas que granjeiam poder e contactos diários com os jornalistas têm privilégios aquando da elaboração das notícias.

Como pudemos observar, no parágrafo antecedente, estabeleceu-se uma relação de confiança entre fonte de informação e jornalista. Como refere Sandra Marinho (2000:351): “A negociação entre jornalistas e fontes de informação resolve-se, em última análise, a um nível informal e privado e é uma relação mediada por uma condição essencial: a confiança”. Foi exactamente o que aconteceu comigo quando, a nível informal, telefonei a uma pessoa próxima do presidente e tentei informar-me com



ele. Tudo no pressuposto pré-acordado – não divulgar o nome da fonte. Paolo Mancini foi um dos autores que mais contribuiu para o estudo da relação da confiança no estudo sobre as fontes. Para ele, a relação dos jornalistas e das fontes desenvolvem-se num patamar de confiança e suspeita (Mancini cit. por Santos, 1997). Este autor desenvolve a ideia do jornalista não distinguir a confiança dos laços pessoais e questiona os riscos que daí advêm. Pegando na questão política, Mancini considera que a confiança pode também prejudicar o jornalista. “Muitos jornalistas têm fontes favoritas, criadas e mantidas por laços partidários ou de confiança, de onde obtêm informação exclusiva (...) Tal pode fazer com que o jornalista fique dependente da fonte, tornando-se uma espécie de ‘porta-voz oficial’” (Santos citando Mancini, 1997). Essa relação deve ser antes de mais gerida pelo jornalista pois é ele que têm de ser imparcial e não a fonte. A confiança é uma premissa muito importante na relação recíproca jornalistas/fontes de informação. Cada um quer alguma coisa e se essa confiança se quebrar, jornalistas ou fontes podem retribuir sob a forma de sanção (Marinho, 2000). Seja de um ou de outro. “Se a falta for do jornalista, poderá haver no futuro relutância por parte de potenciais fontes em fornecer informações; se a quebra vier da fonte, certamente que a sua capacidade para se constituir como tal será afectada” (Marinho, 2000:355). A notícia constitui-se, brota desta relação entre jornalista e fonte e o objectivo final é que fontes e jornalistas partilhem ganhos (Santos, 1997). Esses cálculos são medidos por ambos ou a confiança é apenas um processo inerente e automático a essa negociação? (Marinho, 2000). Para Mancini, a resposta a esta questão está a favor do jornalista. “Os jornalistas podem avaliar a informação recebida, verificá-la, interpretá-la e comentá-la” (Santos citando Mancini, 1997:55).

“Um meio sem fontes é um meio morto” (Fontcuberta cit. por Correia)¹¹. Outro autor, Mancini, refere o carácter muitas vezes dependente que o jornalista tem de determinadas fontes de informação. Quem também teve um papel particular no estudo desta colagem do jornalista às fontes foi Carlos Chaparro. Para este autor brasileiro, professor de jornalismo e também jornalista, as fontes estão intimamente ligadas ao jornalista. Mesmo que o jornalista seja muito bom a escrever notícias isso de pouco lhe

¹¹ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-rita-para-quem-escrevem-os-jornalistas.pdf> - consultado a 18/4/2008



servirá se não tiver uma boa carteira de fontes de informação. No seu *blog*¹² encontrei algumas considerações que achei serem importante nesta discussão.

“A revolução das fontes”, tal como o livro, é o título de um dos seus comentários no seu blog oficial. Aqui, o autor pretende não só mostrar esta dependência dos jornalistas pelas fontes, como também chamar a atenção que, a partir dos anos 70, as fontes ganharam um enorme protagonismo com o evoluir dos órgãos de comunicação social. “A mais importante modificação ocorrida nos últimos 40 anos nos processos jornalísticos é a organização e a capacitação das fontes interessadas, produtoras e controladoras de acontecimentos, revelações e falas que alteram explicam ou desvendam a actualidade” (Chaparro cit. por Pinto, 1999:6). A fonte é a primeira fase da construção da notícia. “A fonte é sempre o ponto de origem” (Tuchman cit. por Santos, 1997:47). Já aqui falamos de alguns aspectos importantes inerentes às relações entre os jornalistas e fontes de informação, mas é ponto assente, entre os variados autores, que a negociação entre ambos é algo que nunca falta visto que as duas partes não querem perder, pretendem sempre alguma coisa uma da outra. Contudo, também alguns autores afirmam que os jornalistas são os “chefes” da notícia. Vemos isso em Mancini, mas não só. “Não é a instituição quem decide se uma informação será ou não publicada. São os jornalistas os mestres do jogo” (Deschepper citado por Santos, 1997:74). Todavia isto não subtrai ou desvaloriza a opinião de Carlos Chaparro. Apesar da palavra final do jornalista, ele depende das fontes, sem ela não tem notícia para escrever. “Dependemos das fontes, e sempre foi assim. Sem elas não existe a informação decisiva, o detalhe poético, a versão esclarecedora, a frase polémica, a avaliação especializada. A fonte faz acontecer, revela o segredo, detém o saber ou a emoção que queremos socializar”¹³. Não se pense que Chaparro tem uma postura defensora das fontes (o autor dá exemplo de alguns perigos); ele apenas realça a dependência que o jornalista tem com as suas fontes “Assim como a seiva está para a árvore, a fonte está para o repórter, o editor e o articulista da análise diária. Por isso, o jornalista a cultiva e a preserva, às vezes com intimidade perigosa, e com ela partilha segredos que não chegam ao leitor”. Não raras as vezes que as fontes escondem informação negativa e apenas fornecem informação

¹² in http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra_integra.asp?codigo=98 – consultado em 22/04/2008

¹³ http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra_integra.asp?codigo=98 – consultado em 22/04/2008



positiva ao jornalista (Santos, 1997). Chaparro¹⁴ vai de encontro a este pensamento de Rogério Santos. “Já houve tempo, longo tempo, em que tanto as empresas e as organizações sociais quanto as instituições governamentais tinham em relação à imprensa, uma atitude passiva e burocrática, quase sempre defensiva”. Há uma clara pretensão da fonte, quando ligada a alguma instituição a esconder informação menos abonatória. “Para o sucesso, as instituições apropriam-se das habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo”. Gans citado por Santos (1997:117) também concorda: “Enquanto as fontes se esforçam em divulgar a informação apresentando-se nos seus melhores dias, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhes extorquir as informações que lhes interessam”. Chaparro, por sua vez, continua: “Noticiar passou a ser a mais eficaz forma de agir, discursando, e de discursar, agindo”.

1.4. HIERARQUIZAÇÃO DAS FONTES

Seguidamente, abordaremos a hierarquização das fontes de informação de forma a perceber que nem os jornalistas tratam as fontes de igual modo como o contrário também se verifica.

É ponto assente que os jornalistas dependem das fontes de informação para informarem. Outro subterfúgio dessa dependência está naquilo que os jornalistas escrevem. Achei por bem convocar a este discurso o trabalho de Rita Correia¹⁵ intitulado “Para quem escrevem os jornalistas?”. Para esta Mestranda em Comunicação, os cidadãos são as últimas pessoas em quem os jornalistas pensam. “O público aparece como autor ausente das interações do jornalismo” (Neveau cit. por Correia:). No total, a autora refere 10 grupos de cidadãos para quem os jornalistas escrevem: audiências, líderes de opinião, outros jornalistas, outros jornais, patrões, o próprio meio de comunicação, fontes, potenciais anunciantes, para si próprios e para os cidadãos. Centremo-nos na parte das fontes de informação.

¹⁴ in http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra_integra.asp?codigo=98 – consultado a 22/04/2008

¹⁵ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-rita-para-quem-escrevem-os-jornalistas.pdf> - consultado a 12/04/2008



Neste texto, Rita Correia começa por referir a importância das fontes para o jornalista bem como a complexa relação. “A relação entre os meios e as fontes é uma das mais complexas e estruturantes de todo o processo de produção de notícias (Fontcuberta cit. por Correia). A autora considera haver duas formas de escrever do jornalista para as fontes: consciente e de forma indirecta. O jornalista escreve para as fontes de forma indirecta quando noticiam alguma informação que tiveram conhecimento justamente porque as fontes o informaram. “A fonte cede ao jornal uma informação que interessa a este difundir e que interessa a ela que seja difundida” (Rebello cit. por Correia). Do lado oposto, os jornalistas escrevem de forma consciente quando tentam escamotear a verdade. Os jornalistas escrevem de forma consciente quando “escrevem para as fontes, quando as “alimentam”, quando se deixam influenciar ou quando evitam situações de ruptura” (Correia). Esta transcrição do que a autora refere no seu texto vai muito de encontro à pergunta de partida por mim colocada. Esta negociação, a dois, muitas das vezes salda-se por uma vitória das duas partes: o jornalista consegue a informação e ao mesmo tempo não refere o negativismo da mesma, no sentido único de não referir informações menos abonatórias para com a individualidade ou entidade e não perder a sua (exclusiva) fonte de informação. “Ora, desta negociação podem resultar estratégias de cooperação ou conflitos” (Rieffel cit. por Correia). Rogério Santos é outro dos autores que na sua experiência numa revista conclui que os leitores dessa mesma revista eram, entre outros, as próprias fontes. “Fontes de informação e jornalistas funcionam como parceiros e adversários, cooperam e trabalham com autonomia, defendem objectivos comuns e interesses antagónicos” (Santos, 1997:161).

A relação/negociação entre fontes e jornalistas, como vimos no artigo de Correia, salda-se por um conflito ou cooperação. Sobre esta convergência, mas também divergência entre os dois intervenientes, Estrela Serrano não deixou de contribuir para um esclarecimento mais objectivo do tema. Reportando-se sobretudo à questão política, esta jornalista deu alguns exemplos entre a titubeante relação de fontes de informação e jornalistas, bem como da influência que têm no público. “O público fala dos assuntos de que falam os media (Serrano, 1999:1). A autora, citando Tuchman, começa por dizer que “os jornalistas e as suas fontes contribuem, conjuntamente, para articular e definir os contornos da sociedade do conhecimento, reproduzindo as estruturas do poder e do



saber” (Serrano, 1999:1). No fundo, refere o poder exercido por ambos na opinião pública, na significação que dão ao mundo quando relatam acontecimentos.

Os jornalistas têm esse poder de escolha, de serem “mestres no jogo” como já foi referido. Serrano (1999:3) pontifica este assunto quando diz que “as fontes e os jornalistas possuem o poder de decidir quem tem voz e quem é excluído do acesso ao espaço público. Normalmente, o jornalista pretende a *estória* da catástrofe, da guerra, se falarmos em casos mais amplos. Se nos restringirmos a caso particulares, o jornalista dá primeiramente voz aos cidadãos mais conhecidos, casos de políticos ou até dirigentes desportivos, e aceita a voz das fontes mais conhecidas (oficiais, institucionais). Com isto, fontes e jornalista escolhem o que querem fazer chegar ao leitor. Esse querer mútuo identifica-se em convergências ou divergências entre jornalista e fontes (Serrano, 1999). Como referi, Estrela Serrano dá exemplos políticos para explicitar o seu pensamento. Não vou aqui tratar sobre o tema da política porque penso que é muito badalado e em que prefiro não dar opinião. Mas acho, contudo, que tal como a política, o desporto convive da ajuda da imprensa para lhe dar notoriedade. Se, como refere Serrano (1999:5), “os jornalistas são aliados dos políticos”, também os jornalistas são aliados dos agentes desportivos. Numa recente entrevista ao provedor do leitor do DIÁRIO DE NOTÍCIAS¹⁶, Vítor Serpa afirmou o seguinte: “Acontece que, por razões relacionadas com a estratégia dos clubes e, portanto, com a segmentação do mercado, existem contactos preferenciais e isso torna-se visível com alguma consonância entre clubes e jornais. Não será por acaso que existem três grandes clubes e três diários desportivos”. Aqui vemos, no plano desportivo, que o dirigismo, tal como o poder político, aproveita-se dos media, são fontes interessadas aquando da divulgação das notícias para ganharem protagonismo. Serrano (1999) não deixa de lado a outra parte: a dos conflitos. Se a autora fala especificamente da política, no futebol a situação não muda. Quantas equipas de futebol não culpam os media pelas derrotas no campo? Quantos *blackouts* não foram já decretados pelos clubes (sobretudo Benfica, Porto, Sporting) desde os anos 90 no nosso país? Quantos cortes de relações os clubes não fizeram com determinados órgãos de informação? Casos há em que isso também é redireccionado por outra via: os jornais internos dos clubes. Através destes jornais, os clubes podem não só noticiar

¹⁶ http://dn.sapo.pt/2008/01/19/opiniao/as_fronteras_isencao_informacao_des.html - consultado a 11/05/2008



aquilo que lhes interessa como expor pontos de vista ou “atacar” outros adversários, adversários que muitas vezes é a imprensa. A imprensa tem esta ambivalência: tanto pode funcionar uma aliada ou então torna-se num alvo a abater. Tal como os clubes de futebol, quando a fonte empresarial planeia actividades fá-lo bem, de forma a proteger a instituição (Santos, 1997). E os clubes de futebol são peritos nisso: culpar os media quando estes noticiam as verdades inconvenientes ao normal funcionamento da instituição desportiva. Pois... “informar não é o mesmo que comentar um desafio” (Ramonet, 1999:34).



2. A NOTÍCIA E O SEU CAMPO SOCIAL

A base, o ensinamento, a experiência é o verdadeiro campo da notícia. Através dos ensinamentos por mim apreendidos no jornal, pude verificar que a notícia mudou, que o jornalismo mudou – o recurso às fontes também não escapou e a metamorfose foi a consequência. Falarei neste capítulo de duas grandes experiências que tive no jornal: a reportagem que escrevi sobre a colocação da relva dos campos de futebol de Felgueiras em rotundas da cidade; e sobre o meu primeiro e único jogo que cobri na íntegra sem ter a companhia de qualquer jornalista¹⁷. As duas situações servirão para exemplificar o recurso às fontes de informação.

2.1 ESTÁGIO: REPORTAGEM

A minha grande experiência no jornal aconteceu passados uns cinquenta dias da minha entrada na redacção. Após mais uma cobertura de um treino, o José Manuel Ribeiro, indicou-me que precisava de falar comigo. Num tom sério, o meu orientador disse-me também que quando eu estivesse disponível fosse falar com ele. Não escondo que fiquei aterrorizado com as suas palavras. Quando me disse que queria falar comigo, logo pensei que o assunto não deveria ser coisa boa. Alguma notícia mal redigida, fonte não citada ou título não apelativo foram as ideias críticas que pensara ouvir da boca do José Manuel Ribeiro. Confesso que sou inseguro e que isso se notou até no jornal; não sei se foi por ser a minha primeira experiência numa redacção ou se esta insegurança é inata. Certo é que o José Manuel Ribeiro queria falar comigo e fez-me uma proposta. Aquando da proposição do meu orientador para um trabalho que iria ser ao mesmo tempo de desilusão (após a sua conclusão porque senti que poderia e devia ter feito melhor) e gratificante, admito que fiquei nas nuvens; não estava em mim e o sonho trespassara a realidade.

O que o José Manuel me pedira foi uma reportagem sobre uns campos relvados em Felgueiras. Nada de extraordinário ou não tivessem esses campos relvados sido substituídos por terra e a respectiva relva transportada para rotundas da cidade de

¹⁷ Ver anexos 4 e 5



Felgueiras. A ideia principal era “fazer uma coisa engraçada”, como ele me disse. A reportagem tinha que ter esse carácter lúdico porque iria ser publicada na Revista semanal do jornal O JOGO que está nas bancas de vendas de todo o país ao Domingo. A revista J é destinada a um vasto público, de todas as classes, que procura tratar assuntos relacionados com o Desporto com uma linguagem mais leve, mais lúdica que tente entreter o leitor. Digamos que a revista tenta demarcar-se do Jornal O JOGO, na medida que a forma de escrever de ambos é completamente diferente. João Marcelino, director do DIÁRIO DE NOTÍCIAS e antigo director do CORREIO DA MANHÃ e do RECORD, considera que a originalidade é um factor que o jornal deve ter para atingir o sucesso. “Quanto mais conteúdos próprios, originais e específicos um jornal tiver, mais capacidades terá para atrair leitores. Depois, é tentar ser mais inteligente, porque há sempre ângulos interessantes de observação sobre notícias e situações conhecidas. É por aí que os jornais têm que ganhar a sua própria credibilidade, têm de fazer falta às pessoas”. (Santos, 2007:477)

Ouvida a proposta do meu orientador logo pus mãos à obra em busca de opiniões diversas sobre o assunto. Não deixei que o egoísmo se apoderasse de mim e mesmo antes de fazer qualquer coisa socorri-me da ajuda dos jornalistas que diariamente privava para ter mais noções de tentar fazer um bom trabalho.

Um dos conselhos que ouvi na altura foi do próprio José Manuel Ribeiro, que me disse que uma boa forma de saber algo mais sobre o assunto, era entrar em contacto com a comunicação social do concelho de Felgueiras. Assim o fiz. Mas sem antes “pedir ajuda” à Internet. Aí pesquisei sobre tudo o que havia de Felgueiras: habitantes, clubes de futebol, comunicação social, recintos desportivos, etc. O trabalho de campo é, nestes casos, fundamental, mas sabia de antemão que tinha apenas um dia para ir ao local, acompanhado do fotógrafo; e que esse dia teria de ser aproveitado para fazer umas entrevistas com os intervenientes mais directos na questão. Já que o trabalho de campo era impossível, a Internet e o telefone foram dois aliados importantes nesta minha pesquisa. Por muito que a Internet seja uma ferramenta extraordinária, não substituí outras peças. “ (...) A alternativa não deverá conduzir a posições radicais: nem manter tudo na mesma, porque a Internet apenas significaria mais do mesmo; nem tudo



alterar, porque a Internet viria revolucionar radicalmente a maneira de informar. Para fazer o novo jornalismo, possibilitado pela Internet, é preciso conhecer e dominar princípios, regras e práticas do velho jornalismo” (Fidalgo, 2001:8).

Desde o primeiro dia que a pressão de fazer a reportagem era coisa que não tinha nas minhas costas. Não tinha prazo de entrega da mesma, limite de caracteres ou outra imposição: somente que o trabalho final fosse bem feito. Ora, sem pressão tudo se torna mais fácil, há mais tranquilidade. Não será uma desculpa para mim próprio, mas porventura a pressão teria dado jeito para me sentir mais preparado num futuro próximo. Sem pressão, mas ciente que teria de fazer um bom trabalho – não só para ficar satisfeito comigo próprio, como para impressionar quem em mim depositou confiança e me entregou a reportagem.

Os primeiros contactos telefónicos realizados foram para os media locais. Com a ajuda deles pude inteirar-me da questão principal e outras que se cruzavam com a retirada do tapete verde do Estádio Machado de Matos, em Felgueiras. Nomeadamente, questões políticas e interesses privados. Admito que por vezes o jornalista tem a tendência de se aliar aos mais fracos; eu próprio tive essa tentação. Todavia, não caí no erro. Não caí no erro porque se ouvi o clube que reclamava da retirada do relvado, ouvi também o Vereador do Desporto. Se ouvi um habitante que estava indignado com o que se andava a fazer com o estádio, também me preocupei em ouvir (e quando digo ouvir, refiro-me a entrevistar) um outro clube que aceitava a decisão da Câmara. Já referi que neste “caso” *entravam* questões políticas: supostamente os clubes de futebol de Felgueiras eram apoiantes vivos dos partidos políticos. Um apoiava a edilidade, o outro a oposição. Ora, também não deixei de confrontar os clubes com essa questão, bem como o vereador. Não me interessava se os clubes ou o vereador me estavam a dizer ou não a verdade. O que eu sentia na altura era que nada daquilo que os directores dos dois jornais de Felgueiras me tinham dito me iria escapar e que todas as dúvidas e inconvenientes para os intervenientes teriam que ser dissecadas.

Em jeito de conclusão, aquilo que eu tentei desde o início foi imaginar uma balança. De um lado estava a Câmara de Felgueiras e do outro estavam os contestatários à decisão da retirada do relvado. O que não podia fazer é que a minha influência proporcionasse que, de um dos lados da balança, o peso fosse superior. Ambos os lados



tinham que pesar exactamente o mesmo. As diferentes fontes teriam que ter um tratamento igualitário.

A reportagem foi a grande experiência no jornal, porventura a melhor de todas a nível pessoal porque foi um trabalho constante, não durou apenas um dia, ou seja, não teve um carácter efémero como a maioria de todos os outros. Apesar de fugaz, a próxima experiência de estágio foi a que mais responsabilidade teve para mim próprio. Porque era apenas eu e mais ninguém: era a minha primeira vez sem um colega da redacção do JOGO.

2.2. ESTÁGIO: NO CAMPO E SEM AJUDAS

Terça-feira. A redacção estava a *meio-gás*, não havia muitos jornalistas no edifício do jornal. Ora porque uns estavam de férias, outros de folga e alguns adoentados. Não é todos os dias assim mas acontece. O dia seguinte é de Liga Intercalar e não há muitos jornalistas para cobrir a prova. Acontece que o recurso final foi chamar um dos estagiários. O José Manuel Ribeiro veio ter comigo e perguntou-me da minha disponibilidade para o dia seguinte. “Toda!” foi a minha resposta. Sabia que ia sozinho, que o nervosismo aumentava se algo corresse mal, que teria de estar atento aos mais ínfimos pormenores.

O meu estado físico nesse dia não era o melhor. Tinha saído de casa com sintomas de gripe, estava com a temperatura do corpo acima da média e com dores de garganta. Mesmo assim sentia que esta era uma oportunidade única que não podia deixar fugir. A gripe teria que ser curada forçosamente. Sabia que esse Gondomar-Leixões não era um jogo mediático, sabia que a Liga Intercalar era uma prova onde as reservas (jogadores menos utilizados) dos clubes tentam mostrar o que valem para serem regularmente chamados a participar na I Liga de Futebol Profissional. Sabia de tudo isso e que o mediatismo não era um sinónimo daquele jogo. Sinceramente, isso não me importava. Porque não só penso que um bom jornalista cobre grandes jogos e pequenos como que o protagonismo deve ser coisa que o jornalista não deve (de todo) procurar – os actores principais são os jogadores e o jogo. O que eu queria era agarrar a oportunidade porque actualmente o jornalista tem de suportar quase tudo. A precaridade



existe nesta área, mas não serve de desculpa para tudo. “A precaridade do trabalho é inimiga da liberdade de expressão. Porém, não me parece que a crítica a essa precaridade possa ser sustentada por um discurso da perda ou da queda em relação a um estádio eventualmente menos interesseiro e competitivo quando é sabido que o maior obstáculo à liberdade de expressão eram, nesse ‘antes’ que se contrapõe ao ‘hoje’, além da precaridade e dos baixos salários, a existência e do Exame Prévio”¹⁸.

Durante essa partida de futebol tentei retirar as informações que melhor podiam descrever o jogo no pensamento do leitor. Através da ficha de jogo com o nome dos jogadores, dos árbitros e dos treinadores apontava quem era admoestado com cartão, em que minuto do jogo e quem era substituído, etc. Durante o mesmo estava de olhos postos no relvado. Tentava descobrir quem eram os jogadores, os seus nomes. Por não serem muito utilizados pelas equipas na divisão principal do futebol torna o papel do jornalista ainda mais difícil pois tem que olhar para o número ostentado pelo jogador nas costas da camisola e para a ficha de jogo. O que aprendi com os meus colegas com quem trabalhei não foi deixado ao acaso nesta tarefa. Quando havia um lance perigoso para cada uma das balizas escrevia de forma sucinta todo o lance e os minutos que estavam decorridos na partida. Sempre me disseram no jornal que quando escrevesse alguma coisa me transformasse em leitor e sentisse que percebia (ou não) o que estava a ler e que gostava do que lia. Foi o que tentei fazer no pequeno texto de 1500 caracteres que o Fernando Rola, editor do Nacional, me encomendou. Daqui a alguns anos, com mais experiência adquirida, certamente rir-me-ei com o que escrevi, com a forma como escrevi aquela crónica. Mas que esta experiência individual foi um contributo decisivo na aprendizagem no meu estágio, isso é inegável.

Estas duas experiências que passei enquanto estive no jornal a estagiar, encaminham-nos para os pontos nevrálgicos dos assuntos que agora falarei neste capítulo.

Desde o meu primeiro dia que o José Manuel Ribeiro me tentava incutir uma ideia pragmática por ele defendida: o leitor quer novidade, pretende notícia que o entretenha e não um marasmo de letras sem que “o” novo não se inclua. Um mês após o início do

¹⁸ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf> - consultado em 2/08/2008



estágio, o mesmo José Manuel Ribeiro chamou-me a mim e à Anabela para falarmos sobre o estágio. Aí, além de falarmos de outros assuntos, o nosso orientador deu-nos mais uma vez a perspectiva que o nosso trabalho tinha que ter uma desenvoltura no âmbito da procura da novidade, do inesperado, para surpreendermos o leitor. Um jornalismo diferente daquele que cansa o leitor. “O ‘cinzentismo’ até há pouco tempo associado ao jornalismo de referência está a perder lugar face a textos mais curtos, associados a uma valorização da imagem, não só da fotografia, mas também iconográfica” (Santos, 2007:487).

2.3. NOVO JORNALISMO

A minha apologia vai de encontro a esta nova vaga de se fazer jornalismo. Porque um jornal não pode ser um meio de comunicação que “massacre” o leitor com imensidão de caracteres sem que ele sinta prazer no que está a ler.

Há, nesta dissertação, um autor que aborda esta questão do jornalismo mais que correcto, objectivo e por aí em diante. Falo de Piedrahita, que escreveu *As tendências de um jornalismo moderno rumo ao ano 2000*. Para ele “a notícia é um produto mais efémero do que nunca” (Piedrahita, 1993: 29). A notícia evoluiu. Já o demonstrei na primeira parte deste projecto que a notícia não é igual do que era há 40 anos atrás. Se antigamente o *lead*, por exemplo, era prática comum vir na primeira fase ou no primeiro parágrafo, agora não é exactamente assim. “O *lead* pode, e deve, constar de vários parágrafos. Será mais completo se responder às seis perguntas de Kipling” (Piedrahita, 1993: 31). Se a notícia evoluiu, o papel do jornalista nessa evolução não deixou de se constituir como fulcral. Parte integrante dessa mudança, o jornalista teve que se adequar às transformações resultantes do mesmo. E adequou-se?

A objectividade em jornalismo e a imparcialidade já desde as primeiras aulas de jornalismo na Universidade que me tem acompanhado. Sempre ladeadas de dúvidas, confesso. Se por um lado penso que o jornalista tenta abstrair-se de algum ponto de vista por ele comungado, por outro lado também penso que esse ponto de vista nunca é totalmente deixado de lado na hora de escrever a notícia. “O jornalismo objectivo é um mito (...), ainda que de vez em quando algum despistado procure convencer-nos da sua



objectividade” (Piedrahita, 1993: 73). Tuchman, por sua vez, acredita num jornalismo objectivo e não concorda com Piedrahita. Para Tuchman existem quatro procedimentos estratégicos que fazem com que o jornalista consiga a objectividade: apresentação de possibilidades conflituais, apresentação de provas auxiliares, uso judicioso de aspas e uma estruturação de informação numa sequência apropriada. (Tuchman cit. por Traquina, 1993).

Piedrahita (1993) lembra que a verdade não pode ser descrita, tem de se “explicada” – e lembra a página editorial. O JOGO tem a sua página editorial em que o director ou o subdirector focam os seus pontos de vista. Sobre assuntos mais variados do desporto e até sobre os media, como referi na questão que opôs o JOGO à RÁDIO RENASCENÇA. A página editorial funciona como uma explicação que o director pretende dar aos leitores, explica o porquê: há inequivocamente um ponto de vista que é partilhado. Também na secção de Porto, Benfica e Sporting há um comentário nas páginas do JOGO sobre a vida de cada um dos clubes. Aí, e de uma forma geral, notei que cada editor aproveitava esse espaço para não só comentar aspectos dos clubes como aproveitavam para criticar (negativamente) pessoas ou instituições que eram *personas non gratas* para os clubes que estavam a escrever. Na entrevista que oportunamente realizei com o José Manuel Ribeiro¹⁹, sub-editor do JOGO, a opinião deste jornalista com quase 20 anos de experiência foi categórica: “Os jornais até aqui há uns anos tinham uma clara posição editorial e política sobre as coisas. Partiam para as coisas mediante esta perspectiva. Entretanto, criamos o mito da isenção. A isenção não existe! Quando se parte para as coisas parte-se sempre com uma perspectiva”, sublinhou.

Ramonet (1999) é um dos críticos do novo jornalismo que vigora na imprensa escrita. Para ele, os jornais são a continuação daquilo que os telejornais transmitem. Este autor reitera a ideia que é fundamental interrogar os media, os media não têm a verdade absoluta, os media não são perfeitos (Ramonet, 1999). Actualmente a informação é uma mercadoria (Ramonet, 1999). E crê que a melhor maneira de nos informarmos é “auto-informarmo-nos” (Ramonet, 1999: 59). Não há mais o papel do jornalista em filtrar a notícia. O jornalista era um filtro entre o acontecimento e a chegada desse acontecimento (notícia) ao cidadão. Actualmente isso já não acontece. O jornalista agora “quer por o cidadão em contacto directo com o acontecimento”

¹⁹ Entrevista realizada pessoalmente a 11 de Abril de 2008



(Ramonet, 1999: 60). A concorrência fez do jornalismo uma prática *instanteísta*. Se o jornalista perder tempo a filtrar, verificar ou comprovar, outros jornalistas vão dar a notícia primeiro que ele (Ramonet, 1999). O autor critica ainda os grandes grupos de media que fazem da informação uma encenação, um teatro. Antigo director do jornal espanhol “El País”, Juan Luís Cébrían cit. por Ramonet (1999: 64) caracteriza este novo jornalismo: “O que importa para este novo jornalismo é que a encenação funcione, e não que ela esteja de acordo com a verdade”. Ramonet (1999:74), em jeito de resumo, diz que a informação “tem uma função cada vez menos cívica”.

Foi aqui evidente que há uma discussão sobre este “Novo Jornalismo”, decorrente a partir de 1970. No meio deste manancial de incógnitas e pontos de vista diferentes, onde “param” as fontes? Será que as fontes também mudaram no desenrolar dos anos, através da narração de um acontecimento, da escrita da notícia?

Certo é que com a entrada em cena das relações públicas, o contacto entre fontes e jornalistas foi muito mais repensado, como veremos. A notícia mudou, o jornalismo mudou. O recurso às fontes dentro do campo da notícia também se alterou. A luta pela notícia entre jornalistas e fontes é uma luta constante. E aqui entra o campo da notícia. O campo da notícia não é mais do que um “palco de lutas pelo poder” (Santos, 1997: 183).

2.4 CAMPO DA NOTÍCIA

O campo da notícia é o recinto de jogo onde fontes e jornalistas procuram deitar a mão para proveito próprio. “As funções de antagonista, mediador ou árbitro, intermediário e parte interessada ilustram o campo da notícia, espaço activo de mútuas influências, que supõe a actuação de vários intervenientes(...)” (Santos, 1997: 182).

Sobre o campo da notícia, decidi dissertar o autor que me pareceu mais completo na abordagem deste tema. Achei que era importante o contributo de Rogério Santos devido às relações que existem no campo da notícia entre fontes e jornalistas. Relações essas que eu próprio não tinha ideia que acontecessem, mas que depois de uma leitura



mais aprofundada lembrei-me de um tema delicado que se passou no jornal onde estagiei e que acho ser importante aqui relatar.

O campo da notícia é um lugar com cinco características específicas: lugar de interacção, de concorrência, de dominação, de exploração e lugar de intimidação (Santos, 1997). Vou abordar cada um deles genericamente para perceber até que ponto fontes e jornalistas esgrimem argumentos individuais na luta pela exploração da notícia – o campo da notícia.

O lugar de interacção diz respeito a uma cooperação entre fontes e jornalistas. Sem nunca esquecer “ninguém dá nada sem receber nada em troca”, as fontes escondem o que de negativo existe na instituição e os jornalistas procuram a novidade no acontecimento e se tem valor-notícia. Já o lugar da concorrência no campo da notícia tem que ver com o lugar “onde se troca, negocia e se pretende obter supremacia” (Santos, 1997: 187). Fontes a colaborarem e a concorrerem entre si, contra jornalista a colaborarem e a concorrerem entre si, visando objectivos de prioridade nos contactos (Shlesinger cit. por Santos, 1997). O lugar da dominação é quando se dá uma espécie de “nós contra eles”. A fonte busca o sucesso; o jornalista pretende “o desvio” para alimentar o valor-notícia (Santos, 1997). O lugar da exploração acontece quando a fonte utiliza uma linguagem autista para impressionar o jornalista. No fundo, a fonte pensa que as suas verdades são verdades únicas, que não devem ser postas em causa e que os jornalistas devem acatá-las. O jornalista, esse, “tem sempre a possibilidade de controlar a sua informação” (Mancini cit. por Santos, 1997: 190). Por último, o lugar da intimidação é o mais gravoso de todos entre a fonte e o jornalista: quando há um desrespeito mútuo. Vejamos exemplos para cada um deles. No caso do jornalista quando a informação dada pela fonte em *off the record* é divulgada pelo jornalista; no caso da fonte, quando esta utiliza a pressão o poder que lhe está inerente no sentido de forçar um qualquer meio de comunicação social a despedir um jornalista.

Sobre o lugar da intimidação houve um incidente no jornal O JOGO sobre uma mesma exercida pela fonte. A situação a que me reporto não aconteceu enquanto eu estive a estagiar mas influenciava o trabalho diário do jornalista envolvido e por isso achei que era um bom exemplo para aqui ser relatado. Não vou citar nomes porque o tema pode causar certo mal-estar e a identidade dos protagonistas não influencia a narração da estória. Um jornalista do JOGO escreveu sobre um alegado caso de



agressão de um presidente de clube de futebol a um jornalista de outro órgão de informação. E escreveu sem necessitar de citar fontes porque ele assistiu a tudo e a fonte foi o próprio jornalista. Indignado com tal facto, o presidente prontamente cortou relações com o profissional do JOGO, mas não parou por aí. É que esse mesmo presidente, prontamente ligou para a direcção do jornal O JOGO a pedir a demissão do jornalista que tinha publicado a notícia. Conclusão: o jornal não foi vulnerável a pressões exteriores, apesar de não ser do conhecimento público o telefonema do presidente para a redacção do jornal, bem como o jornalista deixou de ter como sua fonte aquele presidente.

Há aqui dois pontos de vista que devem ser discutidos: se não era conveniente ao jornalista interrogar o presidente em perceber o porquê da sua agressão a um colega jornalista (se é que existe porquê) e se o telefonema intimidatório a solicitar o despedimento do jornalista não deveria ser tornado público. A fonte não deve exercer uma pressão intimidativa (seja ela de que forma for) para prejudicar o jornalista – e vice-versa. Há outras formas de procedimento de ambas as partes.

Tendo o jornalista sempre a última palavra, a fonte tenta muitas vezes controlar o jornalista (Santos, 1997) – como relato no caso supramencionado. Se a fonte não concordar com o que o jornalista escreve ou diz, tem o seu direito de resposta previsto na lei portuguesa; se esse direito lhe for negado pela direcção do jornal (no qual também é proibido por lei) tem como último protesto o recurso aos tribunais competentes. Nunca a intimidação ou qualquer outra forma de pressão poderá ser posta acima da lei. A luta pela verdade, por um jornalismo incorruptível e honesto deve ser mediado pelo jornalista, sabendo antecipadamente que as fontes pretendem sempre qualquer coisa e que nada do que informam é despojado de não receber nada em troca. “Por vezes as fontes exercem pressão (*lobbyng*) para fazer prevalecer alguns pontos de vista, caso dos anunciantes (fontes) cujo peso económico pode ameaçar os jornais” (Mc. Quail cit. por Santos, 1997:164).

O parágrafo acima transcrito do livro de Rogério Santos lembra a constante batalha que os jornais têm que lutar dia a dia, de sol a sol. É inequívoco, seria até desnecessário, comprovar essa disputa entre jornalismo versus capitalismo. Reportando-me ao caso português, não é difícil ver até que ponto as notícias são actualmente fonte de rendimentos. Poucos são os jornais que não pertencem a qualquer grupo económico



– Impresa, Controlinveste ou Cofina²⁰ são alguns exemplos de grupos que controlam os jornais. Como em qualquer negócio existe um objectivo que está acima de todos os outros: fazer dinheiro. Por vezes, fazer dinheiro, implica ao jornalismo esconder-se do seu papel principal – o de fortalecer o debate público. Montalbán (1997) mostra-nos o papel veiculado pelos jornais na luta pela liberdade ainda na Idade Média. Será que nos dias de hoje a imprensa é livre? A minha pergunta de partida vai de encontro a um subterfúgio (ou não) do jornalista em esconder ou não divulgar informações menos abonatórias para com uma fonte. Será que o facto da imprensa depender de interesses económicos não “trava” o jornalismo quando quer dizer a verdade por inteiro. Imaginemos um caso de um jornal regional em que 70 por cento dos seus anúncios são a um Banco. Todavia, esse Banco cometeu uma irregularidade que até nem é muito relevante para a opinião pública, mas que divulgando essa irregularidade o prestígio do mesmo Banco vai cair substancialmente. Sabendo antecipadamente que a saída para as bancas dessa notícia provocaria um desfazer da publicitação do Banco no jornal, qual o interesse que prevalecia? O da verdade? Ou o da ocultação e sobrevivência/economia?

“Lógica económica e lógica democrática enfrentam-se hoje no espaço da comunicação. Do resultado deste combate depende, em grande parte, o futuro das liberdades de pensamento e de expressão” (Michael Palmer, 1992: 101).

Manuel Pinto (1999) no seu estudo sobre as fontes chama a atenção para essa “crescente concentração das empresas jornalistas mediáticas, inserindo-se em grandes grupos económicos”. As fontes estão intimamente ligadas à questão dos interesses económicos. Poderá haver jornalistas que mantêm cumplicidades perigosas junto de fontes. Por vezes, devido a pressões hierárquicas, que não permitem qualquer veleidade de denunciar uma fonte que poderá acarretar prejuízos (económicos) para o jornal.

Há variadas formas de proteger as fontes, de esconder aquilo que de menos bom estas têm: seja através da desigualdade entre fontes oficiais e fontes menos conhecidas do público, seja pelas pressões do mercado (Santos, 1997). Vejamos o que Ramonet pensa sobre esta concentração dos media, dos interesses económicos:

“Enquanto se entrechocam gigantes que pesam milhares de milhões de dólares, como poderá sobreviver uma informação independente? Num mundo cada vez

²⁰ Ver anexo 6



mais dirigido por empresas colossais que obedecem às leis das empresas e apenas à lógica dos negócios, e em que tantos governos parecem mais ou menos ultrapassados pelas mudanças em curso, como ter a certeza de que não somos manipulados pelos media?” (p. 131)

A isenção é também ela um assunto pertinente quando a comunicação social é dependente do poder económico. Será que é possível a isenção no jornalismo português, com outras condicionantes a influenciar o trabalho jornalístico?

Num artigo do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de Janeiro passado, o Provedor dos Leitores, Mário Bettencourt Resendes, decidiu ouvir os directores dos jornais desportivos portugueses sobre a “As fronteiras da Isenção na Informação Desportiva”²¹. Neste artigo, os três directores abordam a questão da isenção e independência dos jornais. Vítor Serpa, do jornal A BOLA, refere que uma vitória do Benfica tem sempre um peso diferente na venda de jornais. “Embora sejamos cada vez mais um jornal nacional, temos presente o factor mercado: uma vitória do Benfica num jogo importante pode aumentar as vendas em 40 por cento ou mesmo mais”. Alexandre Pais, do jornal RECORD, afirma que a independência é cultivada pelo jornalista: “A informação dos jornais desportivos é tão distanciada e independente quanto distanciados e independentes forem os jornalistas que a fazem”. E dá as fontes de informação como um importante exemplo de conseguir ou não independência jornalística: “Há quem consiga manter-se equidistante e há outros que, para conservar as fontes, estabelecem relações de cumplicidade”. Por último, Manuel Tavares, do jornal O JOGO, não vê diferenças de isenção entre a imprensa desportiva e a económica ou política. A imprensa desportiva é “isenta e independente num grau semelhante”, mostrando apenas que “à excepção da BOLA, que acompanha a lei do mercado, a concorrência obriga-nos a ser mais isentos e distanciados”.

Vemos nestes depoimentos que há no discurso directo dos distintos directores opiniões que requerem observação. Se o director da BOLA admite que o factor mercado tem influência e é preponderante, e que sublinha que, comparativamente a Espanha, na isenção, os jornalistas portugueses não precisam de lições, Alexandre Pais, do

²¹ in http://dn.sapo.pt/2008/01/19/opiniaio/as_fronteras_isencao_informacao_des.html - consultado a 11/05/2008



RECORD, refere que a isenção depende sempre dos jornalistas. Em cada um destes depoimentos é notória outras variáveis para se atingir a isenção. Por vezes são as fontes, o próprio mercado ou outra condicionante que violam a independência, a verdade no jornalismo. Se existem (quase) sempre estas variáveis, esta dependência excessiva dos meios de comunicação social, como é possível a isenção, a independência e a verdade no jornalismo? “A imprensa é livre quando não depende nem da potência governamental, nem das potências do dinheiro, apenas exclusivamente da consciência dos leitores e dos jornalistas” (Rézien cit. por Montáiban, 1997: 195). Michael Palmer (1992), por sua vez, alerta para a diminuição do pluralismo com a concentração das empresas de media.

Aceito e comungo da ideia de Rézien, que apenas a livre consciência do jornalista, aliada ao respeito pelo cidadão, poderá garantir um verdadeiro jornalismo independente, mas parece-me utópico um jornal independente de tudo e todos sobreviver numa sociedade capitalista. Poderia dar o exemplo do jornal A BOLA que não pertence a nenhum grupo económico – um oásis na informação do nosso país. Esta excepção não me parece, todavia, ser regra geral num futuro a curto prazo. O facto de A BOLA ter já muitos anos de existência, acrescenta-se o factor de mercado que o diário soube explorar: “colando-se” ao Benfica, maior clube português²², conquistou o mercado e, conseqüentemente, os leitores. A concorrência é outro factor a ter em conta nesta perspectiva de independência. Se o jornal A quis esconder uma notícia que o jornal B deu, os leitores vão perceber isso porque não são ignorantes. “A concorrência resolve tudo. Se O JOGO não disser que um jogador atropelou um cidadão, por exemplo, e o outro jornal der a notícia, nós falhámos e o leitor sabe isso perfeitamente”, José Manuel Ribeiro, sub-editor de O JOGO, em entrevista realizada pessoalmente. Ramonet (1999) contrapõe com a ideia de instantaneidade que o jornalista é obrigado a obedecer, em que a verdade é ultrapassada pelo lucro. “Multiplicam-se conivências e as mesuras entre associados de um mesmo grupo. As cumplicidades das redes sobrepõem-se ao dever da verdade” (Id.:136). Em Portugal, não faltam exemplos de grandes grupos na comunicação social: Cofina, Controlinveste, Media Capital, Impresa ou Impala.

²² Ver anexo 7



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



3. O FUTEBOL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS

Já foi abordado neste trabalho o impacto que o futebol tem no nosso país. Confesso que quando soube que ia estagiar num jornal desportivo nacional não imaginava que o futebol fosse a vertente em que mais eu iria trabalhar.

Acompanhei diferentes jornalistas nos diferentes jogos de futebol que fiz: da Liga Nacional, Taça UEFA, Liga Intercalar. Em todos eles a adrenalina foi diferente. O primeiro nunca se esquece, já diz a sabedoria popular. E esse primeiro foi um Paços de Ferreira-Nacional. A minha primeira tarefa, sob a égide do Rui Ferreira, que normalmente acompanha diariamente a equipa do Paços de Ferreira (nos jogos em casa, treinos ou estágios), foi a de anotar as estatísticas de cada equipa: faltas, cantos, remates e foras de jogo. Não se pode dizer que a tarefa que me tinham solicitado fosse deveras complicada mas por vezes uma pequena desatenção podia ser fatal já que se ignorasse um remate ou mesmo um canto, por exemplo, de qualquer de uma das equipas, iria fornecer informações desviadas da realidade que no final iriam ser publicadas no jornal. No pós-jogo seguiu-se a conferência de imprensa dos treinadores. O depoimento do treinador visitante ficou a meu cargo. Não tinha gravador, ou um moderno Mp3 – o papel e caneta encarregaram-se de os substituir. Normalmente, não se vêem os jornalistas da imprensa escrita munidos destas novas tecnologias, ao contrário dos jornalistas de outros órgãos de comunicação – o computador, esse, é imprescindível para todos. É evidente que se falamos de uma entrevista, um gravador é um elemento essencial para juntar na bolsa de um jornalista. Voltando à conferência de imprensa do meu primeiro contributo num jogo de futebol (segunda tarefa), o “template” da página marcava cerca de 900 caracteres. Fiquei trémulo. Mas acho que o ficava na mesma se tivesse que escrever apenas 20 caracteres. Tentei escrever em palavras simples e objectivas aquilo que o treinador do Nacional tinha dito. A criatividade estava fora de hipótese. Naquele momento o que pensava era escrever um texto esclarecedor e sobretudo que os jornalistas que estavam comigo gostassem do meu texto. O fotógrafo estava impaciente e reclamava comigo. “Parece que estás a escrever um romance”, dizia-me ele. Aí o meu stress aumentou. Na verdade, sentia que ao querer fazer uma coisa “bonita” estava a



demorar muito tempo. Mas é nisto que, na minha opinião, o jornalista deve mostrar a sua capacidade. Aliar essa capacidade de stress, de não ter muito tempo para escrever, pois sabe que dali a alguns minutos o editor está-lhe a telefonar a pedir o texto. O jornalista deve ter essa capacidade: ser rápido no acto da escrita porque tem mesmo de ser assim fruto da hora de fecho do próprio jornal, e também fazer um texto correcto, sem erros e que explicita o leitor na hora deste ler o que o primeiro escreveu. A capacidade que o profissional tem em situações de stress, de redigir bons textos é meio caminho para ser um bom jornalista – o tempo é fulcral para a profissão.

3.1 O FUTEBOL NO DIA-A-DIA DO JORNALISTA

O futebol, como já escrevi anteriormente, seria aqui tratado de uma forma particular porque notei que o deveria fazer, depois de três meses em que ele ocupou uma grande parte de trabalho da minha estadia no jornal O JOGO.

Decidi que um autor deveria ser referenciado neste projecto. Falo de Albertino Gonçalves, docente da Universidade do Minho, personalidade que já tive o prazer de entrevistar em trabalhos escolares e que escreveu há uns anos um caderno de apontamentos sobre o futebol, sobre o “mundo” do futebol²³.

Como referi no início desta dissertação, o futebol extravasa o mais infinito dos imaginários do ser humano: com o futebol, o homem liberta-se, sente necessidade de apego. Sobre os eventos desportivos e restringindo-se ao futebol, Gonçalves (2002:123) escreve o seguinte: “Fontes de catarse proporcionam descargas que aliviam as ansiedades e as frustrações, em suma, o stress que penaliza o homem moderno”. Mas o jogo não começa no dia, vários são os palpites antecedentes que mostram bem o estado de espírito de homens e mulheres sobre este desporto. “Vários dias antes, antecipa-se a vivência da jornada: lançam-se palpites, pondera-se as declarações de presidentes e treinadores, comenta-se as constituições das equipas, devora-se os jornais da especialidade (...)” (Gonçalves, 2002:124).

²³Ver referência bibliográfica



Neste apontamento, o autor não deixa de abordar a relação, por vezes não muito clara, entre futebol e comunicação social. Para Gonçalves (2002) o futebol joga para ser visto (e.g. muitas equipas vêm-se quase obrigadas a obedecer aos horários impostos pelas televisões para terem alguma receita). Esta ligação entre media e futebol, alerta Gonçalves (2002), brota num obscuro negócio entre grupos económicos de ambos os sectores. Como o futebol se apresenta como um fenómeno, os media, mas principalmente as televisões, sabem que atrairão mais leitores, ouvintes ou espectadores e que as vendas e audiências estarão sempre a crescer. Umberto Eco citado por Gonçalves (2002) assim vinca:

“A bola, antes, em couro bruto castanho, tornou-se axadrezada para ser mais visível no écran; os equipamentos foram adaptados de modo a contrastar as equipas, os tempos mortos diminuíram e os ritmos de jogo aceleraram-se, a solução de morte súbita para os prolongamentos coaduna-se com os imperativos de programação dos media, os calendários e os horários dos jogos são fixados a pensar nas audiências” (p.127 e 128).

O futebol é um mundo. O futebol parece que nasce com cada um de nós. Gonçalves dá um exemplo muito peculiar. “Se perguntarmos a uma criança: ‘O que é que tu és?’, a resposta mais provável será ‘benfiquista’ (portista ou sportinguista) e não ‘português’, ‘lisboeta’, ‘rapaz’ ou ‘rapariga’”. (Gonçalves, 2002:129). De facto, o mundo do futebol parece inato. Quantas crianças não dizem logo de tenra idade que gostariam um dia de ser jogador de futebol? Mundo de ilusão ou paixão, o futebol não é indiferente a ninguém. Que o diga Albert Camus. “Depois de muitos anos em que o mundo me ofereceu tantos espectáculos, o que finalmente eu mais sei sobre a moral e as obrigações dos homens devo-o ao futebol” (Camus cit. por Coelho, 2001:15).

“As fronteiras entre o futebol e política nem sempre são claras, tanto ao nível das autarquias como do governo” (Gonçalves, 2002:128). Nos últimos anos no nosso país tem havido variadas ligações entre o futebol e na política. Exemplos como o processo Apito Dourado onde é posta em causa a ligação entre Valentim Loureiro, actual presidente da Mesa da Assembleia Geral da Liga de Clubes, presidente da Câmara Municipal de Gondomar e antigo presidente do Boavista e o Gondomar Futebol Clube. A acusação que lhe é imputada pelo Ministério Público deriva do suposto aliciamento daquele dirigente desportivo a árbitros de futebol. Aqui, Valentim Loureiro, através de



chamadas telefónicas pediria a esses determinados árbitros que alegadamente favorecessem o Gondomar nos jogos que este disputara.

Outros exemplos de ligação entre política e futebol poderiam ser dados aqui. Mas o mais importante é salientar que os dois campos têm caminhado lado a lado. “O futebol mexe com a economia e comunicação social. Para completar a triangulação falta acrescentar a política” (Gonçalves, 2002:128). O futebol não tem sido muitas vezes o desporto em que a bonança da verdade e isenção tenha vindo à tona. As constantes ligações com a política, nada abonatórias em muitos casos, tornaram o futebol um desporto visto de soslaio, ou seja, com uma desconfiança. Ignorar o futebol como de um simples desporto ou actividade se tratasse, é um erro, um verdadeiro absurdo. “Em verdade, são poucas as pessoas que conseguem viver sem “respirar futebol”” (Gonçalves, 2002:129). E nem todos os cidadãos, homens e mulheres, apreciam o jogo jogado: preferem o jogo “falado” – programas em que se debate futebol, se fala de táticas, de responsabilidade social do futebol (e.g: o programa de televisão “Trio de Ataque” da RTP1).

E tal como existe esta relação controversa entre o futebol e a política, penso que é de enorme utilidade chamar a esta dissertação a ligação entre os dirigentes do futebol e os jornalistas. Muitas vezes, os profissionais da comunicação social servem de veículo para levar a mensagem do dirigente, por outro são um estorvo e até ameaçadores para estabilidade do clube. Como diz Jorge Fonseca, jornalista do jornal O JOGO, às vezes o que se quer dizer não vai ao encontro daquilo que o director do jornal pretende. Essa forma de censura escondida serve de base para que as relações não abalem e se perca informação futura.

“Havendo interesses instalados nos agentes desportivos – e quase sempre são pessoas que caíram no meio de pára-quedas e sem grande formação – nem sempre essas pessoas possuem capacidade para fazer a gestão da informação com responsabilidade (e o mesmo acontece com os jornalistas mal preparados ou com menos escrúpulos). No essencial, e comparativamente com aquilo que se assiste, por exemplo, em Itália, o jornalista desportivo nacional é pouco agressivo, uma vez que está condicionado na sua acção, muitas vezes, por relações de promiscuidade ao nível das direcções dos jornais



com a congénere dos clubes. Por vezes, uma notícia complicada tem de ser reescrita porque o director não quer ficar mal com o presidente do clube em causa. É deveras complicado fazer essa gestão”²⁴.

Gonçalves (2002:130) apelida o futebol de “fenómeno social total” em que ninguém fica indiferente. “Destaca-se como o desporto predilecto das classes populares. Mas nem por isso deixa de constituir um mundo, “o mundo do futebol”, onde, independentemente da condição de classe, existe um lugar para todos nós”.

Tal como o futebol é um desporto-rei no nosso país também os jornalistas desportivos são profissionais “especiais” dentro dessa conjuntura. Digo-o porque em 1966 foi criada uma associação que defende os direitos dos jornalistas desportivos. O CNID (Associação de Jornalistas de Desporto) foi fundado no dia 25 de Abril. Como é descrito no seu sítio oficial, o CNID foi “feito” clube “porque nos anos sessenta, o poder em Portugal tremia quando ouvia substantivos como Associação, Sindicato ou qualquer outra coisa que pudesse ameaçar um sistema que não primava, propriamente, pela abertura das ideias. E “Clube” foi o que se conseguiu arranjar na altura...”. Vingou clube porque na época o salazarismo imperava em Portugal. Liberdade é aceção que motivou a criação do CNID.

Para proteger o jornalismo desportivo, o CNID celebrou com a Federação Portuguesa de Futebol (FPF)²⁵. Um protocolo onde fica explícito a função dos jornalistas desportivos: não só têm direitos adjacentes à sua profissão como também têm de fazer cumprir os seus deveres enquanto profissionais.

Numa das cláusulas desse protocolo podemos observar que se encontra uma muito particular e que nos interessa. A cláusula dois do protocolo refere-se às fontes de informação: “O acesso às fontes de informação, em geral, e aos recintos desportivos, em particular, constitui um direito constitucional, regulado por Lei”. Neste ponto pretende-se chamar a atenção para a obrigação que deverá existir no futebol e sobretudo dos dirigentes desportivos em fornecer ao jornalista informações que este eventualmente querera saber. O acesso às fontes de informação em recintos desportivos nem sempre é uma realidade. Isto porque há casos onde os jornalistas não são vistos pelo dirigismo

²⁴ Entrevista realizada pessoalmente a 25/07/2008

²⁵ Ver anexo 8



português como parte interveniente do espectáculo. Aos olhos dos dirigentes, como a qualquer relações públicas que se preze, que focaliza os aspectos positivos e não relata os negativos, os jornalistas são bons quando dizem bem e maus porque ao redigir notícias menos lisonjeiras são dissuasores. Casos existem, no nosso país, onde os clubes impedem ou exercem pressão (até corporal, com agressões físicas) sobre os jornalistas. Exemplo da estação televisiva SIC que durante anos foi impedida pelos dirigentes do FC Porto de entrar no Estádio das Antas. O porquê deveu-se a uma reportagem que dava conta de um suposto favorecimento do clube portuense a árbitros de futebol. Em troca dessa ajuda dos juízes em jogos onde o emblema portista participasse, o FC Porto oferecia viagens ao Brasil.

3.2. AS RELAÇÕES PÚBLICAS NO FENÓMENO DESPORTIVO

O código deontológico do jornalista deve acompanhá-lo sempre. Não debaixo do braço mas sempre em pensamento. Essas restrições às fontes impedem o jornalista de trabalhar, de bem trabalhar, de divulgar as notícias de forma verdadeira com factos concretos, por assim dizer. Por isso, ele/a (jornalista) deve lutar contra isso. “O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a esses direitos” (Ponto 3 do Código Deontológico do Jornalista)²⁶.

O papel de muitos dirigentes desportivos é relegar para as relações públicas o papel de fonte oficial do clube. O papel das relações públicas e os problemas que advêm na relação com os jornalistas serão tratados mais à frente. Seguidamente abordarei a questão das fontes oficiais, fontes não oficiais e a hierarquização das fontes de informação.

Das variadas categorias que os autores que estudam as fontes de informação e a sua hierarquização, penso que a de Ericson é das mais explicitas. Todavia faltar-lhe-ia o contributo das fontes anónimas e confidenciais. Por isso também penso que a categoria

²⁶ Ver anexo 9



que López descreve é a de todas a melhor. (López cit. por Santos, 1995) distingue cinco tipos de fontes. As fontes próprias, o conjunto de jornalistas ligados às organizações noticiosas; as fontes institucionais, ligadas ao poder, seja ele financeiro, político ou outro; espontâneas, organizações em conflito com o poder (sindicatos por exemplo); confidenciais; e anónimas. Desta categoria achei por bem em restringir em fontes oficiais (ligadas ao poder económico, desportivo, governamental ou outro) e fontes não oficiais de forma a adequar àquilo que se passou no meu estágio. Na relação que o jornalista mantém com a fonte há um factor que me parece muito importante e que alguns autores referem: o factor longevidade. Não o facto de o jornalista ter 20 ou 70 anos, mas a relação que o jornalista mantém com a fonte. “Um bom e experiente jornalista apresenta vantagens nos conhecimentos adquiridos e nos instintos desenvolvidos” (Santos, 1999:163). De facto, em muitos meios de comunicação há um contacto diário entre jornalistas com a fonte de informação. “Muito do trabalho de rotina das fontes consiste na preparação, em tempo oportuno, da informação” (Santos, 1997:111). Essas rotinas que Santos fala também são construídas entre jornalista e a própria fonte. O contacto diário cria rotinas mas também alguns vícios. “A maior parte das “estórias” publicadas nos media não resulta, pois, de investigação dos próprios media” (Serrano, 1999:9). Se nem todo o jornalista tem igual acesso às fontes de informação o inverso também é verdadeiro. Serrano (1999:6) exemplifica com o campo da política: “As notícias políticas resultam de um processo de negociação entre fontes e jornalistas baseado em relações de confiança e muitas vezes de cumplicidades”.

Muitos jornalistas e respectivos órgãos para quem trabalham dão uma notícia citando uma fonte oficial. E ao citar a fonte como oficial dão a notícia quase como uma verdade que não deva ser desmentida. “Há sempre o perigo de depender das fontes oficiais” (Santos, 1999:166). O que o jornalista deve ter em conta é que mesmo a fonte oficial dando como quase certa uma informação, o jornalista deve correr atrás desse quase. Procurar outras fontes e não dando como verdade adquirida o que a fonte oficial lhe diz. Quando a fonte é oficial, o jornalista procura-a mais vezes (Santos, 1999). Nas suas rotinas, o jornalista convive com as fontes diárias (que muitas vezes são as oficiais) e fontes ocasionais (Id.). Desse confronto entre fontes que o jornalista terá que explorar, nasce a verdade do acontecimento. Estrela Serrano (1999:10) chama a atenção para o protagonismo que os jornalistas querem chamar para si próprios ao afirmar que “ os



jornalistas preferem cobrir instituições com prestígio porque elas lhes trazem também prestígio”. O que os jornalistas devem procurar não é o prestígio. Mas a verdade. “O caso Watergate, e o papel desempenhado por alguns jornalistas, vieram confirmar que até o homem mais poderoso do planeta – o presidente dos Estados Unidos – não podia resistir à força da verdade, quando esta era defendida por jornalistas sem mácula, incorruptíveis” (Ramonet, 1999: 37). Ramonet falou em fonte poderosa. Não terá o jornalista outro comportamento quando está diante de uma fonte poderosa? Santos (1997) diz que o próprio uso do vestuário indicia isso mesmo. Não é muito usual, por exemplo, ver um jornalista que quando se encontra com uma figura poderosa do governo, de uma empresa ou outra, em que a indumentária esteja desprovida de fato e gravata.

As fontes anónimas são um problema que os jornalistas devem procurar solução. O caso do “envelope 9”²⁷, que remontou há uns anos em Portugal, fez alvoroçar a questão das fontes anónimas bem como a liberdade de Imprensa. Serão as fontes anónimas um veículo único de chegar à notícia? “A dependência do jornalista em fontes únicas ou anónimas pode torná-lo vulnerável a enganos, desinformação ou juízos tendenciosos” (Santos, 1997:142). Mário Mesquita acrescenta que quando o jornalismo caminha para o uso excessivo de fontes anónimas ele vai ao mesmo tempo caminhando para o próprio descrédito (Mesquita cit. por Santos, 1997). As fontes anónimas e os disfarces na obtenção de informação são dois dos muitos problemas que emergem da acção social do jornalista (Pinto, 1999). O jornalista tem que ressuscitar o debate público, contribuir para a democratização da sociedade num plano igualitário. “A qualidade do jornalismo, nunca é por isso uma conquista, mas o resultado de uma luta permanente” (Pinto, 1999: 12). Uma luta permanente, mas que no desporto parece funcionar de forma quase diária. Jorge Fonseca sublinha que “não fossem as fontes anónimas não haveria jornalismo, em lado nenhum. A questão está se o jornal/rádio/televisão/agência tem, depois, capacidade para tornar fiável a informação que lhe chega por via anónima. Não há fonte oficial que dure sempre, além de que, as fontes oficiais dão a informação oficial, que nem sempre corresponde à verdade. Um exemplo: nos briefings do exército norte-americano na última Guerra do Golfo, a informação prestada aos jornalistas foi sempre a que mais lhe convinha”. Dentro desta

²⁷ Ver anexo 10



semelhança, Pedro Rocha, jornalista desportivo, não comunga da ideia de haver um recurso desmesurado às fontes anónimas. “É um tique do jornalismo desportivo escrever ‘O Jogo sabe’, ‘A Bola apurou’, ‘Record tem conhecimento de que’... Quanto ao recurso às fontes anónimas, considero um acto apropriado desde que a informação seja sempre credível”²⁸.

A luta constante que o jornalista deve procurar deve ser baseada em princípios tão básicos como o ouvir as “duas partes”, o “não excluir ninguém”, nem obedecer a outros princípios que não sejam a “verdade ou a isenção”. A responsabilidade do jornalista também é essa: uma responsabilidade social, educacional. “A informação é uma disciplina cívica cujo objectivo é formar cidadãos” (Ramonet, 1999:137).

Através da convivência que tive dia-a-dia com alguns jornalistas, pude observar o quanto eles tinham um contacto diário com as fontes. Era uma espécie de acção reflexa, que tendo qualquer dúvida poderíamos (e digo poderíamos porque também eu fazia parte da equipa) obter informações sobre algum assunto pendente da organização (clube) que queríamos noticiar.

Durante os três meses que estive no jornal, grande parte do tempo acompanhei a equipa de futebol do Sporting Clube de Braga (SCB). Não só informações diárias sobre o clube, como conferências de imprensa, treinos, jogos e até uma entrevista com o técnico principal da equipa de seniores. No tempo que acompanhei o SC Braga, o jornalista que eu seguia tinha sempre à mão o telemóvel do assessor de imprensa do SCB. Essa relação era, a todos os níveis, saudável porque, e pude comprovar isso, as informações que o referido assessor transportava para fora da esfera interna do clube não requeriam qualquer prejuízo para o clube. Saber a que horas era o treino de “amanhã” ou saber quem eram os jogadores que estavam lesionados, eram algumas das informações fornecidas pelo assessor. No fundo, os jornalistas, ao pegarem no telefone, poupavam deslocação e tempo já que a redacção do jornal era no Porto. Informarem-se por telefone sobre informações das que acima referi, é prática usual dos jornalistas. Todavia, o assessor de imprensa muitas vezes funciona como um homem ou mulher com a função de relações. Segundo Austin cit. por Santos (1970) há dois tipos de

²⁸ Entrevista realizada pessoalmente a 19/07/2008



relações públicas: os constativos e os performativos. Os primeiros transmitem uma informação e os segundos tendem a mudar a realidade em benefício da empresa. O que acontecia com o nosso caso é que o assessor de imprensa funcionava como alguém que compreendia os jornalistas e o seu trabalho. Porém, essa compreensão pode ser vista como algo mais. Nos primeiros tempos no jornal eu e o Pedro fomos cobrir o treino do Leixões. Chegados ao campo, achei interessante a forma como o assessor de imprensa abordou o Pedro. Simpático, muito educado, pediu ao Pedro o número de telemóvel. É prática comum que os jornalistas e os assessores tenham os variados contactos de uns e outros, mas naquele caso, como o Pedro era um desconhecido para o responsável do clube leixonense porque não costumava cobrir os treinos do Leixões, este pediu-lhe o número de telefone. As fontes são pessoas interessadas - se dão algo querem igualmente algo em troca.

Sobre os jornalistas e as pessoas que trabalham numa instituição, e que são também fontes de informação para os profissionais do jornalismo, Ericson citado por Santos (1997), refere que essas pessoas, tanto consideram os jornalistas como extensão natural, veículo para as notícias positivas, ou consideram os mesmos jornalistas como seus opositores. Quando há pouco afirmei que as funções de relações públicas se cruzavam (pelo menos na vertente da informação desportiva) não o disse por acaso. Se escrevi que a relação entre os jornalistas de O JOGO e o assessor de imprensa do SCB era saudável, continuo com essa ideia; que o mesmo assessor compreendia a dependência do jornalista em ter matéria factual. Mas esse mesmo assessor de imprensa tem algo a defender; não pode ser um simples correio entre o clube e a comunicação social – tem que defender a instituição. Por isso é que digo que o papel de assessor de imprensa tem sempre em linha de conta um outro papel: o das relações públicas.

Na minha bibliografia para esta dissertação, recorri a um autor que escreveu um livro básico sobre as relações públicas. Achei por bem chamar as relações ao meu tema porque é um dos muitos problemas que os jornalistas enfrentam e que eu pude comprovar. No seu livro, García escreve uma definição baseada no Acordo do México, onde representantes de mais de trinta associações de relações públicas assinaram a definição desse acordo. A definição é esta:



“O exercício profissional de relações públicas exige uma acção planeada, com apoio na investigação, na comunicação sistemática e na participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade, pública ou privada, e os grupos sociais e ela vinculados, num processo de integração de interesses legítimos” (p.63).

As relações públicas são actualmente fontes de informação a quem os jornalistas recorrem. Muitos dos autores citados na minha bibliografia abordam as relações públicas no cruzamento de informações entre fontes e jornalista.

A minha primeira experiência de saída da redacção aconteceu logo no segundo dia. O meu orientador achou que o trabalho de campo devia ser um dos papéis que tanto eu como a Anabela, que também realizou o estágio n’O JOGO, deveríamos ter neste processo trimestral de aprendizagem. Nessa minha primeira vez, acompanhei a Cristina Aguiar. Normalmente é a Cristina que acompanha a equipa do Leixões dia-a-dia. Nessa tarde, alguns futebolistas da equipa de futebol sénior visitaram uma escola Secundária de Matosinhos com o intuito, segundo as informações do clube, comprovar a cada vez maior adesão dos jovens em torno do Leixões. Mas o que levou a Cristina Aguiar e eu próprio a deslocarmo-nos a essa escola? Não foi certamente o instinto de jornalista da Cristina ou o meu de principiante. Fomos acompanhar a equipa porque houve uma informação proveniente do clube que informou o jornal que às X horas e em Y dia aquele evento iria acontecer. Como me explicou a Cristina, e eu também reparei nesse aspecto, é que a relação entre ela e o assessor de imprensa do Leixões é muito próxima. Se acontece qualquer coisa a Cristina sabe porque mantém com a fonte uma relação forte. Essa relação traz alguns perigos que aqui já foram evidenciados.

De momento, centremo-nos na questão das relações públicas. Para termos a ideia da importância das relações públicas na sociedade moderna atendamos na citação de Chomsky (2003:24): “As relações públicas são uma grande indústria. Hoje em dia, gasta-se com relações públicas qualquer coisa como um milhar de milhão de dólares por ano. O seu objectivo foi sempre ‘controlar o estado de espírito público’”.

Tal como fez o Leixões, também o Sporting de Braga, durante o meu tempo de estágio, apostou na visita às escolas do concelho a fim de angariar novos apoiantes. O projecto bracarense era ambicioso: chegar aos 30 mil sócios. Para isso, é necessária a



ajuda de todos...incluindo a comunicação social. Os eventos a que onde os clubes de futebol participam são do conhecimento do jornalista. “Os eventos são divulgados aos jornalistas através de comunicados ou por telefone pela fonte promotora do mesmo (...)” (Santos, 1997: 90). Nessas visitas às escolas que o Sporting de Braga realizou, raras foram as vezes em que o texto prevaleceu sobre a foto. Explicando: o editor do futebol nacional do JOGO preferia enviar um fotógrafo em detrimento do jornalista. A célebre frase de “uma imagem vale mais do que mil palavras” parecia prevalecer. Ou não. É que nem tudo prevalece no tempo como notícia, como valor notícia. “Às redacções dos jornais chegam diariamente uma profusão de comunicados, o que exige uma selecção rigorosa”. (Santos, 1997: 91).

O factor novidade pesa sempre para o jornalista. O mesmo acontece para a fonte, ou não estivesse ela precavida para isso. “As fontes que criam notícias, como actividades pré-marcadas, estão conscientes da dependência dos jornalistas na antecipação das notícias” (Santos, 1997:151). Marcar a agenda dos media é outro dos pontos que as relações públicas não querem deixar passar. Pinto (1999) refere isso mesmo. Para o autor há nos gabinetes de imprensa, relações públicas, assessorias uma clara de intenção de “marcar a agenda dos media, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento”. Ainda este autor, citando Estrela Serrano num inquérito por esta realizada a jornalistas portugueses de diferentes meios da Grande Lisboa, chama a atenção para o facto de seis em cada dez jornalistas utilizava maioritariamente informações de fontes como assessorias de imprensa e gabinetes de relações públicas. A fonte quando quer fornecer uma informação prepare-se bem, faz um bom trabalho de casa (Santos, 1997). O jornalista deverá ter sempre em mente os interesses das fontes, cruzar informações e saber o quer a fonte de si próprio.

Continua a haver uma exacerbada dependência do jornalista nas relações públicas. Se o primeiro quer a verdade nua e crua, as segundas pretendem uma verdade que não prejudique a instituição, o clube ou outro. “Nos Estados Unidos, 40 por cento do que é publicado na imprensa é directamente reproduzido, sem alteração, dos comunicados das relações públicas” (Moreira, 2008:102). O jornalista deve saber contornar as situações e não depender exclusivamente das fontes oficiais, sejam elas as relações públicas ou outras. “O problema actual é que as grandes empresas não vêem os media só como um instrumento de propaganda mas também como uma forma de lucro”



(Ramonet, 1999:54). A essa verdade pura que o jornalista deve trilhar para informar (bem) o leitor, compadece-se com situações de interesses económicos, pessoais ou outros. Por culpa própria mas por vezes por inerência à subordinação perante a entidade patronal. Será por isso, pelos interesses que nada têm a ver com jornalismo, que Ramonet (1999) deixa a pergunta: “Como é que se passou de uma espécie de glorificação do jornalista, para a situação actual em que ocupa o lugar cimeiro numa escala de descrédito?”.

Rogério Santos escreve no seu livro sobre o acesso dos jornalistas às fontes de informação. Para ele, esse acesso é diferenciado e vice-versa. “As fontes não têm igual acesso às organizações jornalísticas” (Santos, 1997:115). Se, como já referi, os jornalistas criam uma hierarquização individual de recorrer às suas fontes, àquelas que consideram serem mais válidas, há, no interior da classe jornalística, segundo Santos (1997), uns que respeitam as fontes com maior prestígio do que outras fontes com “menor” importância. Passo, no próximo parágrafo, a exemplificar com uma situação que decorreu no meu estágio.

Muitas vezes no meu estágio reparava nas conversas que os jornalistas que acompanhava tinham com um presidente de futebol. Como acima afirmei, a relação entre os jornalistas que cobriam o Sporting de Braga e o assessor de imprensa do clube era bastante cordial. Nos corredores da redacção, ouviam-se elogios ao trabalho desse responsável na “ajuda” aos jornalistas. Quando o Pedro Rocha, por exemplo, ligava ao assessor, estava mais à vontade, descontraído, as perguntas fluíam naturalmente. Mormente esse bem-estar com o assessor, o caso mudava de estado de espírito quando do outro lado se encontrava o presidente do clube. As perguntas do Pedro eram mais ponderadas, menos directas; não que eu notasse medo (se assim posso dizer) do jornalista face ao presidente, mas esta fonte era alguém com um temperamento muito titubeante; o Pedro, pelo que me apercebia, queria “contornar” a questão e usava a subtilidade para tirar informações. Neste jogo do gato e do rato em que há, frequentemente, dos dois lados, um sentimento de amor/ódio, o jornalista deve saber o que fazer nestas situações. Pelo menos era o que sentia quando ouvia o Pedro: falar com um assessor, não é a mesma coisa do que falar com um presidente. Tal como as fontes, os jornalistas estabelecem uma hierarquização. “Também os jornalistas estabelecem uma hierarquização de contactos. Quando a fonte é importante (...), o jornalista tolera



falhas, até a sua arrogância” (Santos, 1997: 166). Ou, como refere José Manuel Ribeiro, “os generais (presidentes dos clubes de futebol) às vezes gostam de ser tratados como tal. Os dirigentes muitas vezes apenas gostam de falar ou de responder a qualquer acusação quando têm a possibilidade de falar com o director, sub-director ou editor”. Isto vai de encontro ao ponto do que referi sobre a relação entre o Pedro e o presidente do Braga. O Pedro pode até não gostar da maneira com o dirigente se dirige a ele, mas o Pedro sabe que aquela fonte também é importante para informações em exclusivo, vindas de alguém muito importante (o primeiro dessa hierarquia) no meio do clube. “O jornalista evita secar a fonte” (Santos, 1997:166). Há o perigo de depender em exclusivo de uma fonte, mas isso não acontecia com o Pedro. Apesar de “saber levar” o presidente do Braga, não via/ouvia as suas declarações como uma verdade absoluta. Dentro de uma cordialidade e de um respeito pela fonte, o Pedro procurava informações de uma fonte oficial, mas ao mesmo tempo procurava contrariá-lo com outras informações. No fundo, o que eu deduzia quando ouvia aquelas conversas, era que o Pedro não se retraía por estar a falar com uma fonte oficial (comparando com o assessor), que não deixava de fazer perguntas pertinentes; mas não era a mesma coisa falar com o assessor e com o presidente. O presidente do Braga, fruto do seu estatuto no clube, quiçá, era uma pessoa menos acessível, mais vulnerável a resquícios sobre informações que o jornal publicava, e prezava imenso ser respeitado e bem tratado. O Pedro sabia disso e através do seu próprio “jogo” e das suas “armas”, contornava o papel de “general” que o presidente do Braga apresentava quando atendia o telefone.



4. CONCLUSÕES

Para esta última parte do meu trabalho decidi socorrer-me ao livro de Quivy e Campenhoudt (Manual de Investigação em Ciências Sociais) para melhor ordenar as várias conclusões desta dissertação. O meu objectivo nesta parte é, primeiramente, fazer um balanço daquilo que foi estudado por mim em quase quatro anos, confrontar esses ensinamentos com o meu estágio e seguidamente comparar com a bibliografia de alguns autores. Tal como referi, tentarei dar algumas perspectivas para o futuro, no sentido de as gerações vindouras, ao frequentarem o curso de Ciências da Comunicação, possam, ao invés da minha pessoa, ter uma noção muito mais clara da relação e/ou negociação entre jornalistas e fontes de informação. Aqui, será também dado um remate final quanto à pergunta por mim colocada no primeiro capítulo, em que tentarei responder, baseando-me nos pontos de vista dos autores que irei citando ao longo do mesmo.

Parece-me claro que tal como qualquer jornalista de outra área, o profissional que relata a vida desportiva é igualmente confrontado com uma panóplia de fontes de informação que querem obter protagonismo. Por outro lado, o jornalista também precisa da fonte de informação para obter informação e, quando chega à redacção, poder apresentar trabalho; todavia, essa informação não é sempre revelada: ou porque a fonte não deseja falar ou então em situações em que os aspectos negativos que da instituição que ela representa não submergirem aos olhos da opinião pública. Mas aqui há outro aspecto nevrálgico. Muitas vezes, as fontes podem não dar uma informação porque simplesmente já não confiam no jornalista ou se a dão exercem algum tipo de pressão no jornalista (lobbyng). Eis um exemplo de uma situação vivida por Jorge Fonseca:

“Lembro-me, há uns anos, de uma visita do Cavaco Silva (então Primeiro-Ministro) à Universidade do Minho, onde foi recebido com bandeiras negras (sinal da fome e pobreza) e essa notícia foi vetada pela direcção de um órgão de Comunicação Social que dependia (e depende) do Estado, para evitar represálias da tutela. Ao nível



desportivo passa-se o mesmo, basta estarmos atentos à influência que cada um dos três grandes clubes portugueses têm sobre, pelo menos, um dos três jornais desportivos para se concluir que, no dia-a-dia, há sempre “material” que tem de ser filtrado para que esse jornal não fique impedido, a partir do dia seguinte, de frequentar as instalações desportivas desse mesmo clube”.

Ainda há pouco tempo, num trabalho de campo, assisti a um pedido de um profissional a um dirigente a pedir que lhe fornecesse a ficha dos nomes dos jogadores no jogo seguinte àquele que acabara de se ter realizado. A resposta foi categórica: “Eu dou-lhe, mas amanhã tem que escrever bem sobre nós (clube)”.

Poderão os jornalistas desportivos esconder aspectos menos favoráveis para com a fonte? Como destacou José Manuel Ribeiro “há uma coisa que temos que ter sempre em linha de conta – o jornalista e a fonte querem sempre algo um do outro. Depois, é jogar com os dois lados da balança”. Achei, no entanto, que outra pergunta se impunha. Decidi indagá-lo se, quando é visível esse escamotear de informação, a direcção do jornal fica impávida. “Quando isso acontece, ou quando um jornalista dá uma nota positiva a um jogador na análise ao jogo e esse atleta jogou muito mal, não tenhamos dúvidas que ele é chamado a uma sala à parte da redacção para conversarmos seriamente sobre o que se passou”, garantiu.

Já Jorge Fonseca, com quase 20 anos de experiência jornalística, afirma desconhecer se há um “esconderijo” em que os jornalistas colocam as notas mais negativas sobre uma fonte privilegiada. Para este jornalista do JOGO há outra forma de ver a questão.

“Não sei (se os jornalistas escondem informação). Mas isso leva-nos para outro campo que é, por exemplo, o das fontes conjunturais, que nasce de uma situação específica e que, podendo ou não ter interesses menos claros, as informações que presta são, no entanto, verdadeiras e rigorosas. Um exemplo: um jogador ou um dirigente que saíram de um clube são, por referência uma boa fonte sobre determinadas matérias e um recurso de que nenhum bom jornalista deve esquecer-se. É que podendo não estar pode dentro da actualidade do clube possuem sempre informação que surgirá com o background para o elaborar da notícia e/ou reportagem”.



Um terceiro entrevistado tem conhecimento dessas situações infelizes para um profissional idóneo. Pedro Rocha testemunha que há maus exemplos, mas que há outras coisas que se perdem quando outras se tentam ganhar.

“Há quem o faça (esconder informação negativa sobre as fontes), o que é incorrecto. Ganham-se notícias, milhares até, mas perde-se independência intelectual”.

Penso que esta última declaração demonstra bem o meu pensamento. Consoante o jornalista, seja ele desportivo, político ou outro qualquer, há quem esconda as informações negativas ou menos abonatórias sobre as fontes e, ao invés, há quem olhe para o lado cristalino e relate a notícia com a totalidade dos dados que possui, nem que para isso “prejudique” alguém. Pese embora esta dualidade, há uma ideia que fica: tem de haver sempre uma relação frontal e aberta com a fonte. Se considero que a fonte não deve enganar o jornalista, insisto igualmente que o jornalista deva ser honesto. Se vai relatar uma notícia com informações negativas com uma fonte de informação privilegiada não deve temer em abordar frontalmente a outra parte e dizer-lhe que tem conhecimento de tal informação. Pode ouvir, a fonte pode exercer o direito de resposta, e consoante ao que esta lhe diz, fazer o que a sua consciência de profissional obriga, que a sua própria independência não seja afectada - há uma responsabilidade para com a sociedade. “Entendo a responsabilidade dos jornalistas como o outro lado da moeda que é a imputabilidade ou a prestação de contas. Se sou responsável, tenho de aceitar que tenho de prestar contas ao público”²⁹.

Neste caminho, que à primeira vista parece fácil de percorrer, há uma nuance que a partir da década de 90 do século passado começou a ser um obstáculo. Falo dos interesses económicos e da respectiva compra de meios de comunicação social por parte de grandes grupos e da precaridade existente no sector. Como descreve Rogério Santos (1997: 193): “Os formatos, a agenda e a especialização temática representam uma luta permanente entre objectivos individuais do jornalista e os interesses sociais e económicos da organização a quem pertence”. Existem dois lados: a própria entidade a quem o jornalista pertence e a informação sobre uma determinada fonte em que uma informação menos favorável sobre ela pode significar um rombo económico no grupo empresarial. Aí, a informação pode ser censurada ou se não acontecer, pode ter que ver

²⁹ in http://dn.sapo.pt/2007/01/21/media/jornalista_deve_prestar_contas_publi.html - consultado a 8/6/2008



com o próprio jornalista que a escreve. “A autonomia interventiva do jornalista depende da maior ou menor liberdade encontrada no seio da redacção. Conforme a cotação interna do jornalista, este tem maior ou menor autonomia de escrita” (Santos, 1997: 193). Como referiu Vítor Serpa, director do jornal A BOLA, há sempre o “factor mercado” quando se fala em venda de jornais, mas se uma fonte fulcral desse mesmo jornal contar o dia-a-dia do balneário do Benfica, certamente que uma informação menos abonatória sobre essa fonte terá um tratamento especial para que a exclusividade sobre o clube não se perca – sempre com o factor económico em mente. Os directores dos jornais têm que gerir a objectividade jornalística e o lucro; este para garantir a sobrevivência do jornal.

“Os responsáveis editoriais, ao serem transformados em empresários, passaram a ter de gerir ‘visões conflituantes da excelência profissional. Ao modelo de um jornalismo preso a valores de objectividade, de rigor deontológico, de distanciamento crítico e de análise’, opõem-se agora outras referências, nomeadamente a ‘capacidade de gerar audiência, de trabalhar ao vivo, de expressar a actualidade na linguagem do emocional e até do sensacional’” (Correia citando Neveau)³⁰.

Mas este pensamento de Neveau parece ter outra agravante. Se há uma lógica económica associada ao jornalismo da actualidade, por outro há um perdedor nesta luta: o cidadão comum.

“Enquanto cidadãos, devemos ficar alarmados. Por seu lado, os jornalistas devem perceber que a sua posição está agora debilitada. Mas o que passa totalmente despercebido é a forma como esta situação enfraqueceu os laços entre os cidadãos e os profissionais que recolhem as notícias (...)”. (Correia citando Kovach)³¹.

³⁰ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-rita-para-quem-escrevem-os-jornalistas.pdf> - consultado a 12/04/2008

³¹ in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-rita-para-quem-escrevem-os-jornalistas.pdf> - consultado a 12/04/2008



4.1. CAMPO DA NOTÍCIA: UM LUGAR DE LUTA E ENTREAJUDA

O campo da notícia pode ser visto como um espaço em que há uma luta permanente de fontes e jornalistas em conseguir o melhor para cada um dos lados. Para o jornalista que o exclusivo e a novidade; para fonte, a promoção e um não relatar de um lado menos positivo da instituição que representa. Nesse campo conflituoso, nem sempre um ou outro lado tem o que pretende na realidade.

“O campo da notícia constitui, pois, um espaço amplo de lutas e negociação entre os interventores na elaboração e produção da notícia, com desempenho de múltiplos papéis articulados a diversos enquadramentos. No campo da notícia processam-se lutas pelo poder, na afirmação de paradigmas legitimadores de posições que esse mesmo poder pretende perpetuar. Há uma circularidade neste processo de luta e de negócio entre fontes e jornalistas, com aqueles a clamar valores positivos das suas instituições e estes a tornar objectivos os seus ideais de rigor e isenção, mas ao mesmo tempo com as fontes desconfiando do peso crescente da opinião no tratamento da notícia e os jornalistas realçando o aspecto de relações públicas e da promoção por parte das fontes” (Santos, 1997: 196).

Transpondo o campo da notícia para o futebol, a verdade é que há uma dualidade. Os dirigentes desejam protagonismo, querem que o seu clube seja “publicitado” da melhor forma para a opinião pública. Um exemplo mais categórico é o facto de quando há um protocolo que se vai assinar com um determinado patrocinador, os comunicados de imprensa não param de chegar aos jornais. Se por outro lado, há um caso de indisciplina, os mesmos dirigentes preferem refugiar-se e não comentar o sucedido. Neste caso específico, se o jornalista até relatou o caso de indisciplina, no dia seguinte pode ser vítima de desprezo por essa fonte/dirigentes. “O tratamento prestado pela fonte ao jornalista também se relaciona com o prévio comportamento deste face àquele” (Santos, 1997).

O jornalista desportivo português tem ligações próximas com os agentes desportivos dos clubes. Essa ligação nunca pode ser escamoteada com vícios inerentes



ao jornalista. Os vícios de que falo é no sentido de não perder a sua identidade, a ética tem de estar presente. Não deve nunca o jornalista pensar: ‘Se calhar é melhor não escrever isto para não perder a fonte’. E o ‘isto’ é importante para os olhos da opinião pública? O jornalista deve relatar os factos com exactidão e não deve jamais esconder o que quer que seja. Mesmo que haja essa ligação entre jornalista e agentes desportivos, a ligação entre ambos tem de ser frontal, sobretudo da parte do jornalista, pois a fonte tem sempre algo a querer promover. Tanto os clubes como os jornalistas necessitam um do outro, estão no mesmo barco, mas escolhem rotas diferentes. O que é necessário nessa relação é a frontalidade entre as duas partes porque a linha do risco não deve ser transposta: “Os jornalistas (...) correm o risco de interiorizar excessivamente a lógica das fontes e mesmo de se sentirem identificados com elas, a ponto de perderem de vista o destinatário primeiro da informação que produzem: o público (Bezunartea cit. por Pinto, 1999:9).

4.2. AS CONSTANTES MUDANÇAS NO JORNALISMO ALIADAS AO PROBLEMA DAS FONTES

O jornalismo não é o que era há alguns anos atrás. Saber conviver com a mudança é um passo importante para se adaptar à nova realidade da profissão. “O jornalismo é técnica, confecção, impressão, distribuição. Tudo isso, e muitas coisas mais, é o jornalismo não utópico, mas real” (Piedrahita, 1993:91).

Depois de tanta discussão, a pergunta impõe-se. Afinal, o que é uma boa fonte de informação? E o que significa ‘boa’? A pergunta erra por isso mesmo. Não há boas e más fontes de informação. Unicamente, há fontes de informação que são importantes para o jornalista e vice-versa. Sem elas, o jornalista não sobrevive, e as fontes precisam dos jornalistas para se promoverem. Há fontes de informação que estabelecem ou não uma relação de confiança e que possibilitam um melhor entendimento nos temas a discordar ou a acordar entre as fontes e o jornalista.



“Pode considerar-se, assim, que entre as duas partes há cooperação mas também autonomia, em que esta ambivalência é acompanhada de sentimentos distintos de confiança e suspeita. Fonte de informação e jornalista sabem que precisam um do outro: aquela para divulgar os seus projectos; este para saber o que se passa dentro daquela. Porém o que interessa à fonte em ser divulgado pode não ser partilhado pelo jornalista; e o que o jornalista procura investigar pode não ser fornecido pela fonte.” (Santos, 1997: 194).

Esta suspeita que Rogério Santos aborda está sempre presente. Mormente a confiança que de que fala Marinho (2000), entre fonte e jornalista, o que é factual é que o jornalista tem de saber que do outro lado há alguém interessado. “As fontes nunca dão nada de graça”, como respondeu José Manuel Ribeiro. No futebol ou noutra área essa confiança constrói-se com o tempo e quando o respeito impera, o relacionamento é o desejado. Como diz Pedro Rocha, no domínio do jornalismo desportivo, as fontes de informação são catalogáveis em dois grupos. Tanto podem ser personalidades interessadas em publicitar um determinado evento ou produto – e aqui entram dirigentes, atletas e até os chamados empresários; como serem vozes críticas, interessadas em denunciar injustiças ou actos errados sob a protecção do anonimato. Em todos os casos, o jornalista deve “auscultá-los” de uma forma crítica, cruzando, se possível, cada dado novo com outras fontes e avaliando bem a credibilidade de cada informação recebida. Pelo mesmo sentido alinha Jorge Fonseca, acrescentando que tanto jornalista como fonte devem conhecer-se bem e nunca “violar o espaço do outro”. Mas esta confiança pode trazer os vícios de que tanto tenho falado. Esta ligação exagerada poderá levar o jornalista a esconder alguma informação para não perder a fonte. A fonte que conseguiu granjear através da confiança, através do tempo. É aí que tudo se pode alterar e a ética e coerência serem esquecidas.

“Outra consequência desta dependência dos ‘canais de rotina’ é que, quando as fontes e os jornalistas fazem parte da mesma ‘rotina’ de uma forma regular, eles estabelecem uma interdependência. O perigo é evidente, conforme escreve Walter Lippmann (Hoch, 1974:156): ‘O jornalista entra inevitavelmente em contacto pessoal com os *leaders* políticos e os homens de negócios, criando relações de confiança e simpatia; e é muitas vezes difícil e muito embaraçoso ignorá-las’” (Mesquita, 1993:173).



Trespassando para o futebol, por muito que o jornalista se sinta pressionado por um agente desportivo, é ele (jornalista) que tem a última palavra. Apesar de muitas vezes precisar dessa fonte, nunca se deve inclinar perante esta como se de um rei ou figura de Estado se tratasse.

(...) se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; têm um papel activo no material que seleccionam para divulgar” (Pinto, 1999:10).

É evidente que a precaridade no jornalismo existe, mas as fontes também não podem ser as culpadas da maior fatia do bolo. Os problemas não são um exclusivo das fontes ou da proximidade que existe entre fontes e jornalistas. As pressões dos grandes grupos económicos a que os jornalistas pertencem “constituem outros tantos condicionalismos” (Pinto, 1999:9).

Para finalizar, as fontes não são as “más da fita” no jornalismo. Há outros aspectos bem mais alarmantes que fazem do problema das fontes um mal muito maior do que ele é na realidade. Englobando todos esses problemas do jornalismo a melhor forma é estudar o porquê de haver tanta desconfiança sobre o trabalho dos jornalistas para conquistar e não perder uma fonte de informação privilegiada. As fontes não são as únicas culpadas – nesse lote, os jornalistas não são isentos da culpa daquelas. Uns e outras pretendem algo e pouco ou nada querem perder ou ceder.

4.3. RELAÇÕES PÚBLICAS: AJUDA OU OBSTÁCULO?

Ao longo de todo este trabalho foi várias vezes mencionado o papel das relações públicas na elaboração das notícias. Seja no plano político, económico ou desportivo, as relações públicas são parte interessadas em fazer render a boa informação do partido/entidade/clube/empresa que representam.

O jornalista tem de saber conviver com elas, saber ouvir e responder. As relações públicas fazem parte de um organigrama de um qualquer clube de futebol. Os próprios jornalistas têm ao seu dispor um relações públicas mais específico: o assessor de



imprensa de um determinado clube. O que as duas partes devem ter em conta é que havendo um respeitando pela missão de cada um, as informações devem ser relatadas seguindo um interesse diversificado, mas sempre com a máxima franqueza. O assessor de imprensa não tem o direito de enganar o jornalista. Se ele lhe pergunta algo, o assessor não deve responder com uma mentira. Tem que dizer a verdade. A pior coisa que se pode dizer é mentir. É compreensível que os relações públicas ou assessores queiram propagandear as entidades que representam. “Se se podia utilizar a propaganda para a guerra, era certamente possível fazer o mesmo para a paz (...) A propaganda tinha-se tornado um termo negativo, então encontrei uma nova expressão. Chamei-lhe relações públicas”. (Moreira citando Bernays, 2008:106). Esta declaração de Edward Bernays, pai dos “spin doctors” (mestres da intrujice) é sintomática do que querem as relações públicas. No futebol não é diferente. Cada clube apresenta um elemento que tem uma relação mais próxima com os jornalistas para que a informação passe para a opinião pública. Se o elemento não quer responder a uma pergunta mais incómoda só tem que se escusar a fazê-lo. Não pode é induzir o jornalista em erro. Se há um compromisso do jornalista para com as informações diárias do clube em saber ouvir os dirigentes sobre uma nova informação, os assessores de imprensa devem igualmente honrar esse pacto, sabendo antemão que defendem uma instituição. Mormente essa premissa, não têm o direito de enganar o jornalista. Os Spin doctors “sabem também facilitar o trabalho aos mais apressados, ou aos mais preguiçosos, através de dossiers de imprensa bem apresentados” (Moreira, 2008:102), e que servem para publicitar o clube ou outra instituição, devem comumente não praticar a mentira quando os mesmos dossiers de imprensa são o inverso: tentam enganar o que o jornalista sabe que é uma verdade absoluta. Ninguém escapa à influência das relações públicas (Moreira, 2008).

4.4. A INTERNET COMO UM MEIO REVOLUCIONÁRIO NO JORNALISMO

É inegável que o jornalismo está diferente. Com as revoluções inerentes ao mesmo, o debate em torno das suas práticas deve ser analisado com preciosismo. A internet, por exemplo é um instrumento que muito veio alterar o modo de elaborar a



notícia. Com um simples clique, o jornalista pode pesquisar uma matéria que bem entenda e transformar essa mesma pesquisa em valor notícia.

“O jornalista multimédia é cada vez mais uma realidade. Para além da questão tecnológica, os jornalistas traçam já o seu novo perfil, muito assente na capacidade de criatividade e de interpretação, não restando dúvidas de que o seu papel não poderá ser substituído pela informação ao alcance de um clique. Nem tão pouco pelos sites oficiais, uma vez que estes veiculam sempre a perspectiva de quem disponibiliza a informação” (Santos, 2007:487).

Sobre futebol, por exemplo, há inúmeros sites em que podemos clicar e a partir daí fazer uma notícia que a opinião pública porventura desconhecia. Nesta dissertação, alertei para o facto de muitas vezes o jornalista não citar as suas fontes quando noticia algo que descobriu na internet, ou mesmo se apoderando do trabalho realizado por outros jornalistas. Esse facilitismo está já entranhado no jornalismo actual. A minha experiência como profissional diz-me exactamente isso. Considero que o testemunho de Joaquim Fidalgo é bem esclarecedor. “A melhor maneira de aproveitar as tremendas possibilidades abertas pelo novo meio é alicerçar o gosto pela experimentação no repositório de um sólido saber já constituído, nomeadamente cultural e humanístico. De contrário, a Internet será um brinquedo” (Fidalgo, 2001:8)

Aliar a ética e coerência com as possibilidades on-line devem ser um todo e não apenas utilizar a Internet como uma ferramenta para o facilitismo. Parece-me que as fontes devem abranger esse campo. Quando a fonte é a internet, o jornalista deve citá-la; não deve jamais utilizar a internet para se apoderar como fazedor da notícia, mas antes como um torneador da mesma. Urge, na actualidade, estudar este fenómeno. E para isso muito contribui o estudo universitário. Piedrahita, autor espanhol, sente quase como um alívio o facto do jornalismo ser ensinado nas universidades. “Felizmente, o jornalismo já tem categoria universitária em Espanha. É claro que na Universidade não se vai ensinar a escrever aos futuros jornalistas. Mas o jornalismo dos anos 70 não consiste apenas em escrever. O jornalismo é: estudos de empresa, publicidade, relações públicas, estudos de legibilidade nos leitores, investigação sobre hábitos de leitura” (Piedrahita, 1993:91). É aqui que as fontes também são um factor a ter em conta. O modo como as usamos, os relacionamentos e os próprios vícios são agora possíveis de serem ensinados



por experientes jornalistas (professores). E isso é que torna o jornalismo actual diferente, para melhor, do que era há uns anos atrás.

“Importa, isso sim, enfrentar os desafios de hoje. Estes passam por uma jogada em vários tabuleiros que não são contraditórios: exigir uma formação crescente dos jornalistas, que compreende uma clara dimensão universitária e um olhar cada vez mais interessado à componente ética e fazer o possível para que esse percurso académico seja cada vez mais aperfeiçoado à dimensão teórica e prática da preparação dos profissionais”.³²

A minha opinião é bem clara. O estudo escolar é fundamental, as pessoas que ensinam jornalismo têm uma experiência de campo que poderão ajudar quem agora quer entrar na profissão. Escrever bem não significa apenas um lirismo de ocasião. Escrever bem – no jornalismo – é ouvir e apreender o que alguém tem para nos dizer sobre o que é actualmente o jornalismo. Um jornalismo repleto de mutações.

“De um lado, estão os defensores da boa “tarimba” que acreditam que o talento jornalístico não pode ser ensinado nas academias já que a prática e a experiência, mãe de todos os saberes, fornecerão os elementos essenciais aos profissionais para exercerem o seu mester com arte e sabedoria. Do outro, surgem os teóricos que afirmam que sem uma cuidada preparação ética, deontológica, filosófica, sociológica, cultural e técnica, o jornalista não está preparado para exercer a sua profissão (...). Mesmo no interior da profissão as opiniões se dividem”³³.

4.5. ESTUDO DAS FONTES NO JORNALISMO PORTUGUÊS

Quando entrevistei os dois jornalistas do jornal O JOGO com quem tive oportunidade de trabalhar, perguntei-lhes se o estudo das fontes em Portugal, e mais concretamente no futebol, tem sido o mais correcto. As respostas foram diversificadas. Jorge Fonseca afirma que “não conheço esse estudo para me pronunciar em rigor, mas tudo o que se puder fazer em defesa da classe e em prol de um jornalismo sério e rigoroso – deixando de vez que as vozes incómodas tenham de se refugiar nos blogs

³² in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf> - consultado em 2/08/2008

³³ Idem



para se poderem manifestar – é não só um sinal de progresso como de democracia”. Esta resposta de um profissional é elucidativa de que há pressões inerentes à prática do jornalismo. Há pressões de vários níveis, mas as económicas são as mais relevantes. A conjuntura actual, de uma economia mundial frágil e debilitada, sob o signo da badalada “crise” parece ser o factor com mais peso na balança. O que pode impedir de um jornalista esconder uma informação? A lógica parece-nos levar para um trilho recto – o medo de perder o emprego, por sucessivas pressões editoriais, ou até com receio de baixar de posto na hierarquia do próprio jornal. Mas há outra forma de esconder uma informação: o medo de perder essa fonte de informação. O que deve haver entre o jornalista e a fonte é uma relação aberta e frontal, mas nunca pode o jornalista rebaixar-se ao poder dessa fonte. A abertura e a verdade para com o cidadão e até para o próprio profissional nunca deve ser descurada. Porque o cidadão tem o direito de saber a verdade. E se o jornalista esconde alguma informação menos abonatória para a entidade que a sua fonte privilegiada representa, então o cidadão é enganado e o jornalista não respeitou o Código deontológico. E pior do que isso, a sua essência de profissional, de defensor de uma ética, não é clara, mas sim uma fachada em que prefere passar por “buscador” de notícias ao invés de relatar o que acontece, independentemente de atingir alguém, nomeadamente a fonte de informação privilegiada. No futebol, o que acontece é que os dirigentes tentam exercer uma pressão sobre os jornalistas para que o bom seja elevado a super e o mau até passe ao lado. Falta um estudo pormenorizado nas relações entre os jornalistas e os dirigentes do futebol português. Falta analisar em que balizas devem ficar os dois lados da barricada; de um lado está a coerência e do outro a promoção da instituição.

Por outro lado, e respondendo à mesma questão colocada a Jorge Fonseca, Pedro Rocha assegura que o estudo das fontes de informação em Portugal está longe de ser igual à de outros países. Tudo por causa da sociedade e de alguns vícios entranhados. “Ainda há muito caminho a percorrer nessa matéria em Portugal. As limitações e ameaças são uma constante entre quem procura informação na esfera do desporto em Portugal, especialmente no futebol. É “apenas” o reflexo da nossa sociedade. Não se verifica o mesmo em países mais evoluídos, como Inglaterra, Alemanha, França ou até mesmo na vizinha Espanha”.



Volto a chamar a este trabalho a opinião de José Manuel Ribeiro e que até já descrevi. Por muito que o jornalista esconda algo, “a concorrência resolve tudo”. A concorrência só privilegia o cidadão, mas não deixa de ser verdade que em todos os jornais desportivos há uma pressão económica que pode ter um peso maior do que o da concorrência. No fundo, há dois fardos a reter: a concorrência entre os jornais e a pressão que cada um deles, e à sua maneira, sofre. Repito: o mais importante é o que passa para o leitor.

“(…) é urgente manter ou até recuperar uma relação entre o jornalismo e os leitores baseada na credibilidade e confiança. Para ser de confiança, a informação jornalística tem que me dar a certeza que se move pelo interesse público e não particular, que só responde perante critérios jornalísticos. Tem de me dar a garantia de que, se é assinada por um jornalista ou por um órgão de comunicação, a sua autoria é aquela e não outra”³⁴.

4.6. PONTES PARA O FUTURO

Durante as nossas aulas – e reporto-me ao curso de Comunicação Social – o carácter prático das mesmas era pouco levado em conta. Houve muita perda de tempo no terceiro ano com teoria que era dispensável e que os alunos ganhariam muito mais se os trabalhos nas aulas e durante a semana fosse uma realidade. Contudo, a partir do quarto ano houve uma mudança, para melhor, que favoreceu os alunos. Essa mudança foi dada com trabalho prático nos vários módulos de Jornalismo. Restringindo-me ao módulo imprensa, considero que o estudo das fontes foi pouco abordado. Convenhamos que para se formar um jornalista esse estudo (das fontes) é vantajoso, mas, porventura, não é prioritário. Eu, inclusive, assim pensava. Todavia, chegado ao estágio que realizei,

³⁴ in http://dn.sapo.pt/2007/01/21/media/jornalista_deve_prestar_contas_publi.html - consultado a 8/6/2008



vi que as fontes de informação eram elemento fundamental no processo diário da elaboração da notícia. E tudo porque o jornalista necessita da fonte de informação para fazer chegar ao leitor o que aconteceu, como aconteceu e com quem e onde se passou. O inverso também não deixa de ser verdade.

O que eu considero ser fundamental para que os anos vindouros tragam jornalistas mais conscientes, é que se alerte vivamente que o profissional da comunicação social necessita das fontes de informação para alimentar um jornal, uma revista ou outro órgão de informação. Posso até dar alguns exemplos. Continuo a entender que só praticando é que se consegue escrever, só praticando é que se pode aprender e eventualmente a não errar. Podia-se pôr à prova os alunos, motivá-los a fazer um jornal (mais uma vez me restrinjo à imprensa) todas as semanas, durante o ano lectivo, em que as fontes fossem sempre citadas. Nada melhor que fazer um jornal intramuros: pegando em coisas banais, fazer notícias, falar com os intervenientes. Se o assunto até for polémico, confrontar os dois lados. Se houver um mau estar entre um grupo de alunos e a reitoria, ouvir e citar as duas partes. Só este caminho poderá levar o aluno a estar preparado com o mundo de trabalho. Não o estará totalmente porque terá de lidar com situações mais sensíveis (grupos económicos, por exemplo), mas pelo menos o traquejo está lá e será útil para compreender o que as fontes querem dos jornalistas e o que as fontes querem dos jornalistas.

O trabalho de campo é fulcral. A teoria deve ser o primeiro passo para que a prática seja mais fácil de executar. Considero que não me sentia preparado no meu estágio quando, num tema mais delicado, abordava uma fonte de informação; não sabia se a postura era de subserviência ou de um certo autismo. Sei que as aulas não ensinam tudo, mas esse trabalho de campo, esse explorar de fazer um jornal semanal em tempo de aulas, de levar o aluno a descobrir coisas novas, até mesmo que não as aja, é uma ajuda preponderante para responder da melhor forma à negociação entre fontes e jornalistas quando passarem para o mundo do trabalho.



5. Bibliografia

- [1] Chomsky, Noam (2003). *A Manipulação dos Media*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- [2] Chomsky, Noam (2003). *O Poder e o Terror*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- [3] Coelho, João Nuno (2001). *Portugal – A equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media*. Porto: Afrontamento.
- [4] Correia, João (s/d). *O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas*. Acedido a 2 de Agosto de 2008 no site da Universidade da Beira interior: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>.
- [5] Correia, Rita (s/d). *Para quem escrevem os jornalistas?* Acedido a 12 de Abril de 2008: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-rita-para-quem-escrevem-os-jornalistas.pdf>.
- [6] Fidalgo, Joaquim (2001). *O ensino do jornalismo no e para o século XXI*. Comunicação proferida no Congresso Internacional sobre Jornalismo e Internet. Coimbra: 28 e 29 de Março de 2001.
- [7] García, Manuel M.(1999). *As Relações Públicas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- [8] Gonçalves, Albertino (2002). *Uma Esfera Cuja Circunferência está em Parte Nenhuma – Apontamentos Sobre a Popularidade do Futebol*. Universidade de Évora: pp.105-131.
- [9] Marinho, Sandra (2000). “O Valor da Confiança nas relações entre jornalistas e fontes de Informação” in Martins, M.L. (Org.), *Comunicação e Sociedade 2, as*



Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho: pp. 351-356.

- [10] Montalbán, Manuel Vasquez (1997). *Historia y Comunicación social*. Barcelona: Crítica.
- [11] Moreira, Paul (2008). *As novas Censuras: nos bastidores da manipulação da informação*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- [12] Palmer, M. & Julien Claude (1992). *A comunicação social vítima dos negociantes*. Lisboa: Editorial Caminho.
- [13] Piedrahita, Manuel (1993). *Jornalismo Moderno: História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- [14] Pinto, Manuel (1999). *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*. Comunicação apresentada no III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação realizado na Universidade do Minho. Braga: 27 a 30 de Outubro.
- [15] Quivy, R.& Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- [16] Ramonet, Ignacio (1999). *A Teoria da Comunicação*. Porto. Campo das Letras.
- [17] Santos, Hália (2007). *Reposicionamento do jornalismo impresso*. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências Sociais da Comunicação realizado na Universidade do Minho. Braga: 6 a 8 de Setembro.



- [18] Santos, Rogério (1997). *A Negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra. Minerva.
- [19] Santos, Rogério (s/d). *A negociação entre fontes de informação e jornalistas em estudos de casos*. Acedido a 21 de Agosto de 2008: http://www.unav.es/fcom/cicom/19cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio_santos.pdf.
- [20] Serrano, Estrela (1999). *Jornalismo e elites de Poder*. Comunicação apresentada ao 1º Congresso da SOPCOM realizado no Instituto Politécnico de Lisboa: Julho.
- [21] Sousa, João Pedro (s/d). *Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo*. Acedido a 3 de Abril de 2008: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf>.
- [22] Traquina, Nelson (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Veja.



6. ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA

(Perguntas)

1. Na sua perspectiva, o que pretendem as fontes de informação do jornalista?
2. O que considera ser uma fonte credível, segura e de confiança? Quais os requisitos para tal, se é que existem?
3. Acha que o jornalista desportivo português esconde alguns aspectos menos abonatórios das suas fontes com o intuito de não perder essas mesmas fontes?
4. Na sua opinião, há um recurso exagerado às fontes anónimas no Desporto no nosso país?
5. No caso português, o jornalista tem ligações de proximidade ou distanciamento com os agentes desportivos? Qual a sua opinião sobre a ligação dos jornalistas com os agentes desportivos? É benéfica ou prejudicial?
6. Tem conhecimento de algum tipo de pressão que um seu colega jornalista desportivo tenha sido vítima, por parte da administração do órgão que representa, com o intuito de não referir uma determinada fonte em detrimento de interesses económicos?
7. Pensa que o estudo das fontes de informação em Portugal, e mais concretamente no futebol, tem sido suficiente?



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO 2

EDITORIAL **FERNANDO SANTOS**
fernando.santos@ojogo.pt

Manta curta

Que raio de mosca tem mordido ao Sporting esta época para alternar as suas exibições entre o medíocre, o sofrível e o bom? Genigma está presente no reino do leão e não deixará, com certeza, de intrigar os seus adeptos.

O Sporting desta época tanto é capaz de dispor de solidez defensiva, boa circulação de bola no meio-campo e capacidade de fogo no ataque - aconteceu assim frente ao Roma e ao Manchester United na Liga dos Campeões e ontem frente ao Basileia, para a Taça UEFA - como asneira em todos os domínios, sendo o último jogo realizado no Restelo o mais gritante e recente exemplo.

Sabe-se como um plantel curto configura vários problemas, desde logo impedindo a rotatividade e, com ela, uma melhor gestão de esforço de unidades consideradas preponderantes. E esse é, provavelmente, um dos argumentos para a falta de regularidade comportamental do Sporting - aliás bem mais determinante, creio, que o debate em torno da pouca flexibilidade táctica de Paulo Bento.

Coincidência feliz: os períodos de maior fulgor dos jogadores do Sporting "apanham" as competições europeias

Impossibilidade de gerir os picos de forma individuais sem grandes estragos no rendimento colectivo, o que se verifica é, ao fim e ao cabo, uma flutuação exibicional bem maior do que seria desejável.

Perante uma manta curta, dá-se uma coincidência (feliz) no futebol do Sporting, mesmo que de fora da comparação fique o reajuste do mercado de Inverno, com o lateral-esquerdo Grimi na primeira fila: os períodos de maior fulgor, físico e anímico, dos seus jogadores-chave têm convergido com o "plano europeu" - e Miguel Veloso é flagrantíssimo exemplo, tamanha a sua influência no meio-campo leonino.

Haverá quem desvalorize o potencial da exibição de ontem por ter sido realizada perante uma terceira linha do futebol es-

COMENTÁRIO **ALCIDES FREIRE**
alcides.freire@ojogo.pt

Mota

Ao que parece a nomeação de Augusto Duarte para o Benfica-Paços de Ferreira, da Taça de Portugal, constitui um erro grave por parte do Conselho de Arbitragem da FPF. De facto, tratou-se de uma decisão quase tão grave como é hoje confundir arguido com culpado, que é exactamente isso que acontece com o árbitro de Braga. Está acusado, mas ainda só é culpado na praça pública, sempre mais célere a tomar decisões do que a justiça. Augusto Duarte tem, por agora, todo o direito a dirigir todos os jogos para os quais tenha condições técnicas. Ou, se não fosse assim - e desconfio que não é - bastaria que um árbitro visse o seu nome surgir numa escuta que escapou ao segredo de justiça para não poder apitar jogos de determinado clube. E sabe-se que não é assim, até porque aconteceu esta época no Leiria-Benfica e no Guimarães-Benfica. Augusto Duarte não tem por isso culpa de ter ido parar à Luz, podendo-lhe ser imputada apenas a culpa de cometer demasiados erros. Mais culpado é o Conselho de Arbitragem da FPF, mas dessa culpa já muitos trataram, quanto mais não seja para não permitir que no meio de tantas acusações não se falassem de todos os culpados. Falta colocar ao mesmo nível dos acusados, o papel desempenhado pelo Benfica, que durante a passada semana lá foi deixando sair a ideia de que estava muito preocupado com a nomeação de um árbitro envolvido no processo Apito Dourado. E no fim, imagine-se, quem saiu mal deste filme foi José Mota, o treinador do Paços de Ferreira, que estaria proibido de queixar-se desde que se esqueceu de pedir que repetissem o Sporting-Paços de Ferreira e pedir desculpa pela mão na bola de Ronny...



ANEXO 3

Evolução Trimestral da Audiência Média de Publicações Especializadas

	Jan/Mar 07 (%)
Jornais Diários de Informação Geral	
Jornal de Notícias	11,5
Correio da Manhã	11,3
Público	4,9
Diário de Notícias	3,6
24 Horas	3,5
Revistas Semanais de Jornais Diários	
Revista Notícias Magazine (DN/JN)	11,0
Revista Correio da Manhã Domingo (CM)	8,1
Revista Pública (Público)	4,1
Suplementos Semanais de Economia, Negócios e Gestão	
Suplemento JN Negócios (JN)	4,1
Caderno Economia (Expresso)	4,1
Suplemento Economia (ex. Revista Dia D) (Público)	3,0
Caderno Confidencial (Sol)	1,4
Jornais e Revistas semanais de informação geral	
Expresso	6,7
Sol	2,5
Tal & Qual	0,8
Revistas Semanais	
Visão	7,8
Sábado	2,2
Focus	1,4
Revistas de Jornais Semanais	
Revista Única (Expresso)	4,7
Revista Tabu (Sol)	1,6
Jornais e Revistas sobre Automóveis, Bicicletas, Desporto e Motos	
Jornais Diários	



A Bola	9,6
Record	9,0
O Jogo	5,2
Diário Desportivo	1,3
Jornais e Revistas Semanais	
Auto Hoje	1,9
AutoFoco	1,7
AutoSport	1,1
Moto Jornal	0,9
Revistas Mensais	
Revista do ACP	3,3
Turbo	2,5
Guia do Automóvel	2,2
Automotor	2,0
Maxi Tuning	1,1
Auto Magazine	1,0
Motociclismo	0,8
Bike Magazine	0,6
Revistas de Culinária	
Revistas Mensais	
Mulher Moderna na Cozinha	2,6
Saberes e Sabores	1,9
Cozinha Saudável	1,3
Revistas Semanais	
Teleculinária	2,4
Segredos de Cozinha	2,3
Revistas de Decoração	
Revistas Bimestrais	
Arquitectura & Construção	1,3
Casas de Portugal	1,1
Revistas Mensais	
Caras Decoração	2,1
Casa Cláudia	1,6



Casa & Jardim	1,2
Máxima Interiores	1,1
Nova Gente Decoração	1,1
Casa Dez	0,8

Revistas Trimestrais

Casa Cláudia Ideias	1,1
---------------------	-----

Revistas Femininas

Revistas Mensais

Activa	2,5
Máxima	2,1
Cosmopolitan	1,7
Lux Woman	1,6
Ragazza	1,1
Vogue	0,9
Elle	0,9
Happy Woman	0,5

Revistas Quinzenais

Certa	2,0
-------	-----

Revistas Semanais

Maria	7,9
Telenovelas	3,1
Ana	2,6
Mulher Moderna	1,2

Revistas sobre Bébés e Crianças

Revistas Mensais

Pais & Filhos	1,7
Crescer	0,9
Bébé d'Hoje	0,9

Revistas de Sociedade

Revistas Semanais

Nova Gente	5,7
Caras	5,2
Lux	3,1



Vip	1,9
Flash	1,3

Revistas Masculinas

Revistas Mensais

Maxmen	3,9
FHM	3,1
Men's Health	0,9

Jornais e Revistas de Economia, Gestão, Marketing e Negócios

Jornais Diários

Diário Económico	1,9
Jornal de Negócios	1,2
Oje	0,5

Jornais e Revistas Semanais

Semanário Económico	1,6
---------------------	-----

Revistas Bimestrais

Negócios & Franchising	0,6
------------------------	-----

Revistas Mensais

Exame	2,3
-------	-----

Revistas de Informática

Revistas Mensais

Pc-Guia	3,9
Exame Informática	2,6
Playstation (ex. Playstation2)	1,1
Bgamer	1,1
Bit	0,9
Mega Score	0,6

Revistas Trimestrais

Microsoft Magazine	1,0
--------------------	-----

Revistas de Lazer, Turismo e Viagens

Revistas Mensais

Tempo Livre	2,5
Rotas e Destinos	1,8
Volta ao Mundo	1,3



Rotas do Mundo 1,2

Evasões 1,1

Revistas sobre Saúde

Revistas Mensais

Farmácia Saúde 2,5

Saúde e Bem Estar 2,1

Saber Viver 1,4

Viva Melhor em Boa Forma 1,3

Medicina & Saúde 1,1

Prevenir é Saúde 1.0

Revistas de Interesse Geral

Revistas Mensais

National Geographic 4,7

Super Interessante 2,7

Revistas com Temas de Actualidade

Revistas Bimestrais

Unibanco 1,2

Revistas Mensais

Proteste 8,6

Seleções do Readers Digest 2,8

Família Cristã 0,8

Revistas Trimestrais

Montepio 1,8

Jornais e Revistas Juvenis

Revistas Mensais

Forum Estudante 1,1

100% Jovem 0,6

Revistas Quinzenais

Bravo 1,3

Super Pop 1.0

Revistas de Lavoros

Revistas Mensais

Linhas & Pontos 1,9



Ponto Cruz & Novidades	1,6
Arteldeias-Um Mundo em Lavoies	1,1
Revistas de Televisão e Cinema	
Revistas Mensais	
Cabovisão Magazine	3,9
Revistas Semanais	
Tv 7 Dias	6,5
Tv Guia	4,6
Tv Mais	4,2
Jornais de Anúncios	
Jornais Semanais	
Ocasião	0,9
Revistas para Crianças	
Revistas Mensais	
Tio Patinhas	0,6
Imprensa Regional	
Jornais Diários	
Metro	6,9
Destak	6,9
Jornais Semanais	
Dica da Semana	14,4
O Mirante	1,2
Jornal da Região	1,0
Cultura/Espectáculo	
Revistas Mensais	
Premiere	0,8
Revistas Semanais	
Blitz	1,0
Lazer	
Revistas Mensais	
Bricolage & Decoração	1,6
Base (000)	8311



*BASE: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8311409
(Universe actualizado no 1º trimestre de 2003, com base nos Censos 2001 do I.N.E.)*

NOTA: Neste quadro, apenas são apresentados resultados das publicações referenciadas por um mínimo de 30 entrevistados, no conjunto das 5077 entrevistas realizadas no trimestre.

Fonte: Markttest

(http://www.markttest.pt/produtos_servicos/Bareme_Imprensa/info/conteudos/dados/resultados.asp).

ANEXO 4

Reportagem



O Est...
pefa...
ano...
(foto...
Felg...
euro...
proc...

► O ESTRANHO DESTINO DA RELVA QUE EM TEMPOS RECEBEU JOGOS DA PRIMEIRA DIVISÃO EM FE

Do estádio para a es

Câmara Municipal entendeu que era impossível manter o relvado com três equipas a jogar em simultâneo no Machado de Matos

► JOSÉ COSTA LIMA

Lembra-se daquele clube que se distinguiu pelas camisolas "à Barcelona"? Por onde passaram alguns futebolistas portugueses de renome internacional e que teve o seu auge em meados da década de 90? Não se esforce. O que interessa é que apesar da extinção do Futebol Clube Felgueiras em 2005, fruto das enormes dívidas ao Fisco e à Segurança Social, a catadupa de surpresas não se ficou por aí naquele sempre muito falado concelho nortenho.

Em Maio de 2006, uma prova de motociclismo "freestyle", organizada por uma empresa privada com o consentimento da Câmara Municipal, destruiu o relvado do Estádio Dr. Machado de Matos e logo depois a autarquia decidiu que o tapete do maior complexo desportivo da cidade sofreria uma metamorfose para terra batida. A discórdia e contestação logo se instalaram. A decisão nada teve a ver com a corrida de motos, segundo o vereador Bruno Carvalho. "Em Julho de 2006, tínhamos de tomar uma decisão e por unanimidade, com o voto a favor de todos os vereadores da Câmara, decidimos que era melhor um estádio pelado porque o desgaste da relva era enorme e a manutenção muito cara. Não foi por causa do freestyle",

Polémica é coisa que para os lados de Felgueiras não é difícil de encontrar. A mais recente tem a sua génese na transferência do relvado do maior complexo desportivo da cidade para... as

não consegue servir, convenientemente as três formações", argumenta Bruno Carvalho. E até lança um repto nacional: "Se alguém em Portugal me convencer de que algum relvado aguenta quatro jogos oficiais por fim-de-semana, eu volto a colocar lá o relvado. Na altura, todos os clubes aceitaram a nossa ideia". Contrariando o vereador, e descontente com a posição da edilidade, o presidente

objectivos. Estamos a regredir", acusa o dirigente do clube. Estas declarações, para Bruno Carvalho, não têm qualquer cabimento. "Como os custos de um relvado são muitos e os clu-

bes não são profi...
três equipas em ca...
tem nos distritais),...
los dois campos pel...
do algum dos três c...
liza, nós pagamos t...



Verde Uma boa parte da relva que antes estava no campo de treinos adjacente ao estádio mora nesta rotunda. O JOGO arra

As maravilhas da reciclagem
Escolas, parque de campismo

Na origem das mais variadas "más-línguas" R

ANEXO 5

SÓ VITÓRIAS

Leixonenses não facilitam

Apesar do frio que se fez sentir em Valbom, emoções quentes não faltaram em mais um jogo a contar para a Liga Intercalar. Ontem, frente ao Gondomar, a equipa do Leixões entrou mais forte no jogo e logo aos 13' inaugurou o marcador por intermédio de Vieirinha, que num contra-ataque rápido, iniciado por Livramento, disparou forte à entrada da área e fez um golo de belo efeito. Dez minutos volvidos foi a vez de Nuno Amaro num livre directo, permitir a Murta a defesa da tarde. O Gondomar somente a espaços e sem grande perigo aproximava-se de Jorge Batista. O Leixões foi a equipa mais perigosa no terreno, até ao intervalo.

O Gondomar reagiu depois do intervalo e, a partir dos 60', equilibrou o encontro. A insistência da equipa visitada deu os seus frutos e aos 73', quando Guerreiro, numa excelente jogada individual, serviu Clemente, que só teve de encostar e restabelecer o empate.

Perto do final, Ramon viu o vermelho directo por agressão sem bola a Rúben e, na cobrança da infracção, Nuno Diogo, num golpe de cabeça, desfez a igualdade e garantiu os três pontos aos de Matosinhos.

Com esta vitória, o Leixões é o actual líder da Intercalar, com quatro vitórias em outros tantos jogos. MJCL



ANEXO 6

Os padrões dos grupos portugueses



Texto de *Patrícia Fonseca, Jornalista*

Paulo Fernandes

45 anos

Presidente do Grupo Cofina, proprietário de títulos como o Correio da Manhã, Jornal de Negócios, Record, AutoSport, PC-Guia, Máxima, Flash, TV Guia, Rotas & Destinos, Vogue, GQ e Sábado.

Nasceu em Águeda no Dia de Todos os Santos, em 1958, no seio de uma família conservadora. Quando rebentou a revolução de Abril parte para França, onde estuda Matemáticas na universidade de Toulouse. Regressou dois anos depois, para estudar Engenharia na Universidade do Porto, onde se destacou como um dos melhores alunos. A vontade de seguir os passos do pai, um empresário na área da indústria, levou-o a fazer um MBA em Gestão de Empresas. Estava a terminar a especialização quando a doença súbita do pai o obrigou a tomar as rédeas da Cortai, uma empresa de material de escritório à beira da falência, em plena crise dos anos 80. Tinha 27 anos.

A Cortai funcionou como laboratório de ensaios para os desafios que a vida lhe reservara – recuperou a empresa, comprou a principal concorrente no ramo e quintuplicou a facturação, em apenas dois anos. Quando chegou a altura de investir os lucros, foi aconselhado a diversificar as áreas de negócio. Um consultor do BPI falou-lhe então da hipótese de apostar na comunicação social, possibilidade que começou por qualificar de «esotérica». Acabaria, contudo, por adquirir o Jornal de Negócios e, poucos meses depois, comprava a PressLine e parte da Investec, então liderada por Joe Berardo. Em entrevista à revista Grande Reportagem, no verão do ano passado, considerava já o negócio dos media muito melhor que o da indústria, dado ter menos concorrência, menos necessidade de reinvestimento e muita rentabilidade.

A Cofina, uma «holding» que congrega outras empresas, como a Celulose do Caima e a Atlantis-Vista Alegre, tem com a Investec e os media um volume de negócios superior a 200 milhões de euros por ano e lucros na ordem dos 12 milhões. Não é de estranhar, por isso, que Paulo Fernandes veja com bons olhos todas as novas possibilidades de investimento nesta área.

Lamenta não ter conseguido comprar a Lusomundo Media, de que já detinha 19%.

Belmiro de Azevedo

67 anos

Presidente do Conselho de Administração da Sonae, proprietário da Rádio Nova e do jornal Público. Filho de um carpinteiro e de uma modista, nasceu em Tuias, perto de



Marco de Canavezes, em 1938. É o mais velho de 8 irmãos e, para poder licenciar-se em Engenharia Química, no Porto, teve de compatibilizar os estudos com o trabalho. A esta licenciatura juntou, ainda, em 1973, uma especialização em Gestão de Empresas, pela universidade de Harvard, e, em 1985, um MBA em Gestão Financeira, pela universidade de Stanford.

Empresário de reconhecidos méritos, começou como quadro do Banco Pinto de Magalhães e, subindo a pulso, construiu um dos mais internacionais grupos económicos portugueses. A Sonae – sigla para Sociedade Nacional de Estratificados – foi fundada em 1959 e é hoje a líder mundial na indústria de painéis derivados de madeira. Mas é igualmente líder no mercado português do retalho, com os supermercados Modelo-Continente, e luta pela liderança deste sector no Brasil, onde acaba de lançar também um novo banco; é líder na gestão de centros comerciais, como o Norte Shopping ou o Colombo; e com a Optimus disputa a liderança do sector às maiores operadoras de telecomunicações fixas e móveis em Portugal. No total, as empresas do universo Sonae têm um volume anual de negócios superior a 6 mil milhões de euros.

Com a morte de António Champalimaud, Belmiro de Azevedo tornou-se no único português a figurar na famosa lista da revista Forbes, que define anualmente o «ranking» dos mais ricos do mundo. Mas, apesar da sua fortuna, avaliada em 2 mil milhões de euros, insiste em levar uma vida simples, recusando, por exemplo, ter um motorista. É o maior empregador nacional e, a nível mundial, dá trabalho a mais de 58 mil pessoas. Não receia expor as suas opiniões e os políticos tremem sempre que acede a falar sobre a situação do País. Em 1989 financiou o nascimento do jornal Público – um título de que se orgulha e que tem recusado vender, apesar das múltiplas ofertas. No entanto, essa terá sido uma aventura sem exemplo, já que, segundo disse por diversas vezes, a área da comunicação social se revelou menos rentável do que esperava.

Miguel Paes do Amaral

50 anos

Presidente da Media Capital, grupo que controla a TVI, as rádios Comercial, Best Rock, Cidade, Romântica, Nostalgia, Nacional, Mix, Cotonete e Rádio Clube Português, o jornal gratuito Metro e as revistas Lux, Maxmen e Briefing, entre outras.

Filho dos condes de Anadia, nasceu em Lisboa, em 1955, e formou-se em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico. Apaixonou-se pelo mundo da Bolsa, fez um MBA em França e iniciou a carreira em Nova Iorque, como corretor na conceituada Goldmans & Sachs.

No final dos anos 80, o seu amigo Luís Nobre Guedes propôs-lhe um negócio na área da comunicação social. Paes do Amaral decidiu arriscar e fundou O Independente, um jornal que abalou as estruturas do poder com as suas manchetes e apostou no jornalismo de investigação.

A partir deste semanário, conseguiu erguer, em menos de 10 anos, um grupo forte, apostando sobretudo no controlo dos títulos especializados em economia e usando a



experiência e os conhecimentos que tinha na banca para comprar a TVI.

No final de 2004 ficaram famosas as pressões que terá sofrido por parte do governo para tentar apaziguar o tom das crónicas dominicais do professor Marcelo, algo que sempre negou. A verdade é que Rebelo de Sousa bateu com a porta e o director da estação exigiu a assinatura de um acordo escrito para se manter no cargo, definindo que ficariam vedadas à administração quaisquer interferências nos conteúdos do canal.

O grupo de Paes do Amaral movimenta hoje mais de 200 milhões de euros por ano e está também presente em outros negócios que têm sinergias com os media, como a produção de conteúdos para televisão, a edição discográfica, a realização de eventos musicais e culturais, a distribuição cinematográfica e a organização de feiras e exposições empresariais. Em 2000, o grupo entrou no mundo do futebol, adquirindo 30% do capital da SAD do União de Leiria. Os telemóveis de terceira geração e a televisão digital são os grandes desafios do futuro para este patrão da comunicação social.

Jacques Rodrigues

Presidente do grupo Impala, criado em 1983, especializado nas chamadas revistas “cor-de-rosa”, de programação televisiva e outras de enorme sucesso junto do grande público. A Impala, que detém a 100 por cento, publica revistas como a Focus, Maria, Nova Gente, Vip, TV 7Dias, Segredos de Cozinha, Mulher Moderna, Crescer, Boa Forma, 100% Jovem ou A Próxima Viagem.

Desenvolve ainda actividade editorial nas áreas da produção, distribuição e venda de livros infantis e juvenis.

Figura controversa e misteriosa, Jacques Rodrigues nunca dá entrevistas e são raros os episódios conhecidos da história da sua vida. Sabe-se, apenas, que viveu em África, onde tinha negócios antes do 25 de Abril, e que investiu o dinheiro amealhado na fundação das revistas Maria e Nova Gente, duas publicações que suportaram o crescimento de todos os outros títulos da Impala, nos últimos 20 anos. Chegou a ser administrador da Investec e accionista da SIC, mas hoje os seus negócios resumem-se, além da Impala, à agência de viagens Quatro Estações e ao projecto de um mega-parque de diversões, a abrir em 2006 na vila ribatejana da Barquinha.

É conhecida a facilidade com que lança e fecha revistas e contrata e despede trabalhadores, como foi o projecto recente de uma revista tablóide condenada ao fracasso antes de nascer. As condições de trabalho dos jornalistas do grupo Impala levaram, no início de 2005, o Sindicato dos Jornalistas a pedir a intervenção da Inspeção-Geral de Trabalho.

Indiferente a estas polémicas, Jacques Rodrigues prepara a internacionalização da Impala. O mercado de Leste tem vindo a ser estudado desde 2003 e deverão ser lançadas em breve as versões checas das revistas Nova Gente e Maria. A Rússia, a Ucrânia e a Polónia são também mercados apetecíveis.



Francisco Pinto Balsemão

67 anos

Presidente e accionista maioritário da Impresa, que detém a SIC, os jornais Expresso, Jornal de Letras e Blitz, e revistas como a Visão, Caras, Cosmopolitan, Activa, Telenovelas, Casa Cláudia, FHM, Exame, Executive Digest e Rotas do Mundo, entre outras.

Nasceu a 1 de Setembro de 1937, em Lisboa, no seio de uma família abastada. Licenciou-se em Direito e estreou-se no mundo da comunicação social aos 25 anos, em 1963, como estagiário no Diário Popular, propriedade de um tio e do seu pai. Aí foi jornalista, secretário de direcção e administrador. Em 1971 decidiu vender o título e foi com esse capital que fundou o Expresso, em 1973, sendo seu director até 1980. Foi então que o apelo da política se tornou mais forte. Pinto Balsemão foi fundador do PSD e nesse ano assumiu o cargo de ministro de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, no VI Governo Constitucional. Um ano depois tornou-se primeiro-ministro, na sequência da morte de Sá Carneiro.

Finda essa experiência governativa, regressou ao mundo dos jornais, procurando novos negócios e novas parcerias. A aliança com os brasileiros da Abril e o lançamento da SIC, em 1993, conferem ao seu grupo uma dimensão de topo no panorama da comunicação social portuguesa.

Mas Balsemão não se dá por satisfeito. É conhecido o seu interesse na aquisição de uma rádio e o seu desejo de ter um jornal diário. O maior impedimento à concretização desses negócios tem sido a lei da concentração dos media, que o terá impedido também de sonhar com a compra dos activos da Lusomundo.

Joaquim Oliveira

58 anos

Presidente da Controlinveste, vai passar a deter, além da Sport TV e do jornal O Jogo, todos os títulos da Lusomundo Media que

incluem a rádio TSF, os jornais Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Jornal do Fundão, Diário de Notícias da Madeira, Açoriano Oriental e 24 Horas, e as revistas Grande Reportagem, PlayStation, Volta ao Mundo, Evasões e National Geographic.

Joaquim Oliveira nasceu numa aldeia dos arredores de Penafiel, a 12 de Fevereiro de 1947, no seio de uma família modesta. A mãe era proprietária de uma pensão e foi aí que Oliveira começou a trabalhar muito cedo, servindo à mesa e lavando pratos, deixando esquecidos os estudos.

A tropa levou-o para Angola e aos 23 anos era já dono de uma cervejaria e de três sapatarias, mas regressou a Portugal sem nada, na sequência do 25 de Abril. Foi o irmão António, futebolista de sucesso, que lhe deu a mão, disponibilizando-lhe capital para que abrisse uma charcutaria, em Lisboa. António acabara de transferir-se para o Sporting e entre Joaquim Oliveira e o presidente do clube, João Rocha, nasceu uma amizade que se revelou determinante no seu futuro. Foi assim que conheceu o italiano



Diego Bastino, o maior empresário do mundo de publicidade estática, e se interessou pelo negócio que o tornou milionário.

Nasceu então a Olivedesportos, responsável pela angariação de publicidade para os estádios de futebol. A empresa começou por ter apenas as concessões do Sporting e do Chaves, mas poucos anos depois detinha já os direitos sobre mais de 80% dos estádios da 1ª divisão. Oliveira dedicou-se também à compra e venda de passes de jogadores, criando uma empresa em sociedade com o empresário José Veiga e o Futebol Clube do Porto. Investiu também na compra de acções das SAD's de vários clubes, mas foi o negócio dos direitos de transmissão televisiva dos jogos de futebol que lhe permitiu ascender ao primeiro plano no universo da comunicação social. O primeiro passo foi dado em 2000, quando comprou 2,5% da PT Multimédia.

Recentemente, surpreendeu tudo e todos comprando a Lusomundo Media por 300 milhões de euros.

Fonte: <http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=364>



ANEXO 7

Águias no Guinness CLUBE COM MAIS SÓCIOS DO MUNDO

Ao ultrapassar a fasquia dos 160.000 sócios, o Benfica passou a ser o clube com mais associados no Mundo. Esse estatuto vai ser formalizado às 12:30, numa cerimónia no Estádio da Luz, com a presença do presidente do clube encarnado, Luís Filipe Vieira, e representantes do *Guinness Book of Records*.

A anterior marca pertencia aos ingleses do Manchester United, que na última contagem registavam oficialmente 152.000 associados, número ultrapassado agora pelo clube da Luz, actualmente com cerca de 160.500 sócios pagantes, segundo a última actualização do sistema de fiscalização do pagamento de quotas.

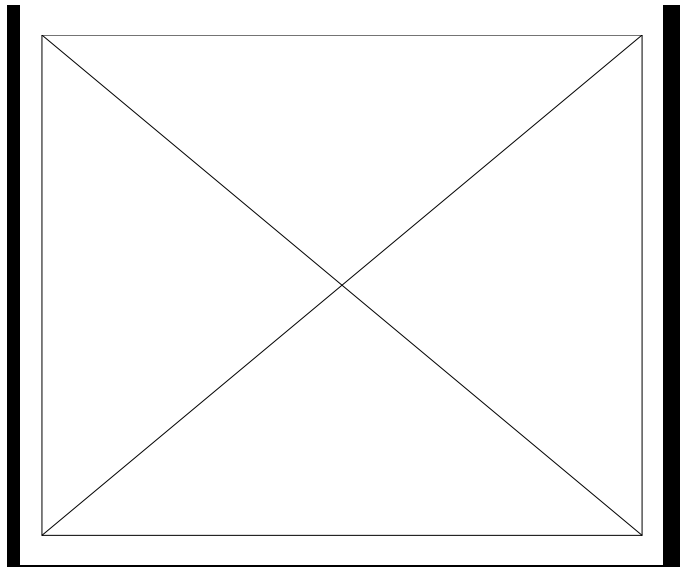
Em meados de Julho, o Benfica contava precisamente com 151.424 associados, cifra que, na altura, já ultrapassava outros dois "gigantes" mundiais, o Bayern de Munique (Alemanha) e o FC Barcelona (Espanha), ambos com cerca de 145.000 sócios.

Nessa altura, o director comercial e de marketing do Benfica, Miguel Bento, estimava que o recorde mundial do Manchester United poderia ser batido em finais deste ano, prognóstico que se confirma agora com a assinatura do mais famoso livro de recordes.

Data: Sexta-feira, 10 Novembro de 2006 - 09:52

Fonte: Jornal Record

<http://www.record.pt/noticia.asp?id=726277&idCanal=11>





ANEXO 8

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE DESPORTO

PROTOCOLO

ENTRE:

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, pessoa colectiva número 500110387, com sede na Rua Alexandre Herculano, nº 58, em Lisboa, representada pelo seu Exmo. Presidente, Dr. Gilberto Parca Madaíl e Exmo. Vice-Presidente Administrativo, Senhor Amândio José Correia de Carvalho, ambos com poderes para o acto, e adiante designada abreviadamente por **FPF**.

E

CNID – Associação dos Jornalistas de Desporto, aqui representado pelo seu Exm^o. Presidente da Direcção, Senhor António Luís Pereira Florêncio, com poderes para o acto, e adiante designado abreviadamente por **CNID**.

É de boa fé e livremente celebrado o presente acordo de cooperação que se rege nos termos e condições das Cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Pressupostos

CLÁUSULA 1^a

A FPF e o CNID reconhecem-se como interlocutores válidos.

CLÁUSULA 2^a

O acesso às fontes de informação, em geral, e aos recintos desportivos, em particular, constitui um direito constitucional, regulado por Lei.

CLÁUSULA 3^a

1 – O CNID obriga-se a promover entre os jornalistas e colaboradores desportivos seus associados, o desempenho de elevado profissionalismo, rigor e verdade informativos, distanciamento e isenção, bem como elevada conduta ética.

2 - FPF obriga-se a promover entre os seus clubes e respectivos agentes a mais ampla divulgação sobre a actividade dos jornalistas, designadamente sobre os seus direitos em matéria de acesso às fontes de informação, bem como sobre o necessário relacionamento de recíproco respeito.

CLÁUSULA 4^a

O CNID aceita intervir junto dos jornalistas e colaboradores seus associados, designadamente com a emissão de pareceres e/ou recomendações sobre as normas e procedimentos do trabalho nos recintos e acontecimentos desportivos.

CLÁUSULA 5^a

A FPF deverá comunicar ao CNID os seus protestos, bem como os dos clubes e seus agentes desportivos, sobre actos eventualmente reprováveis cometidos por jornalistas ou órgãos de informação.

CLÁUSULA 6^o

O CNID deverá transmitir à FPF as condutas eventualmente incorrectas e ilegais dos clubes e seus agentes, bem como dos elementos da própria Federação.



ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE DESPORTO CAPÍTULO II

NORMAS

CLÁUSULA 7ª (Âmbito)

As normas sobre o acesso e permanência de jornalistas nos recintos desportivos abrangem todos os agentes promotores de acontecimentos desportivos e relacionados com o fenómeno desportivo susceptíveis de serem noticiados, os órgãos de informação e os jornalistas ou colaboradores destacados para cobertura de tais acontecimentos.

CLÁUSULA 8ª (Televisões)

Sem prejuízo dos direitos de espectáculo desportivo resultante da concessão, em exclusivo, da transmissão integral dos jogos e da recolha de imagens dos mesmos para sua divulgação em resumos, as normas aplicam-se também aos jornalistas e operadores de imagem e som das estações de televisão não concessionárias de tais direitos que se desloquem aos estádios para:

- a) Presenciarem o espectáculo para, no caso dos jornalistas sem suporte de imagem, dele fazerem notícia, reportagem ou comentário;
- b) Colherem imagens e sons de enquadramento, antes e depois dos jogos, para apontamento de reportagem;
- c) Colherem imagens de outros aspectos de interesse jornalístico fora do campo de jogo (assistência, declarações de atletas e dirigentes, conferências de imprensa, etc.);
- d) No caso especial de transmissão de jogos em exclusividade de direitos, colhe ainda para enriquecimento deste Protocolo entre a FPF e o CNID a Resolução da Alta Autoridade para a Comunicação Social de 1 de Outubro de 2000, na sua Cláusula Primeira, e nos pontos:

I – Considera-se que os meios técnicos e humanos necessários ao desempenho da actividade informativa, para efeitos do direito de acesso dos canais televisivos aos recintos desportivos (artigo 10º nº2 do Estatuto do Jornalista), correspondem, no mínimo, a duas unidades de produção, constituídas, cada uma, por um operador de câmara e um jornalista;

II – O disposto no número anterior não prejudica o acesso e utilização de meios mais extensos, sempre que as características do recinto o permitam, por acordo entre o organizador do espectáculo e o operador de televisão;

III – Uma das unidades de produção referidas no nº1 destinar-se-á, primordialmente, a fins de reportagem junto de elementos envolventes do próprio espectáculo desportivo – imagens da assistência, entrevistas e cobertura de conferências de imprensa.

CLÁUSULA 9ª (Identificação)

A Carteira profissional de jornalista (título provisório ou o título de equiparado) e/ou



os cartões do CNID e da AIPS (Association Internationale de la Presse Sportive) são os únicos documentos de identificação exigíveis aos jornalistas profissionais e/ou colaboradores, para serem devidamente acreditados, com acesso às salas de Imprensa, bancada de Imprensa e outros locais onde decorram factos susceptíveis de serem noticiados.

CLÁUSULA 10^a

(Acesso às Bancadas de Imprensa)

1 – O acesso às bancadas de Imprensa será facultado aos jornalistas indicados pelos respectivos órgãos de comunicação social (Imprensa escrita, radiofónica, televisiva e digital), para o número de lugares que lhes forem atribuídos, de acordo com o número de lugares existente e nas proporções previstas na cláusula 11^a.

2 – Nenhum jornalista poderá exigir outro lugar além dos reservados ao seu órgão de informação.

3 – Nenhum órgão de informação ou jornalista em serviço, devidamente acreditado, poderá ser discriminado.

CLÁUSULA 11^a

(Lugares)

1. As bancadas de Imprensa dos recintos desportivos deverão disponibilizar para acompanhamento dos jogos organizados pela FPF e de acordo como o espaço disponível, o mínimo de lugares a seguir indicados:

Seleções Nacionais, Taça de Portugal, Super Taça “Cândido de Oliveira” – 40 lugares;

II e III Divisões Nacionais – 20 lugares;

Juniores, Juvenis, Iniciados e Infantis) – 10 lugares.

2 – Em caso de insuficiência de lugares, deve ser realizada uma divisão dos lugares disponíveis com a seguinte prosperidade, no que diz respeito à Imprensa escrita:

a) Um mínimo de três lugares para cada órgão diário de informação desportiva, diários de âmbito nacional e agências noticiosas;

b) Um mínimo de dois lugares para cada um dos órgãos nacionais de informação geral com secções desportivas;

c) Um mínimo de um lugar para cada um dos restantes órgãos de Informação.

3 – Sempre que a capacidade de lotação das bancadas de Imprensa for exígua, os proprietários do estádio ou considerados como tal, devem disponibilizar lugares para tais funções, de acordo com o número solicitado pela FPF.

4 – O acesso dos órgãos de informação locais, fica condicionado às limitações de espaço, devendo ser dada prioridade aos órgãos dos concelhos, em que têm sede as equipas participantes nos jogos.

5 – Sempre que houver mais do que um órgão de informação por concelho, e sempre que o espaço o permita será da responsabilidade dos clubes indicar o órgão mais importante a ser credenciado.

CLÁUSULA 12^a

(Circulação de repórteres radiofónicos e fotógrafos)

1 – No cumprimento dos regulamentos da UEFA e FIFA fica impedido o acesso dos repórteres de rádio “à pista”, incluindo as zonas próximas das balizas, em jogos organizados pela FPF.

2 – No cumprimento dos regulamentos da UEFA e FIFA, após o início do jogo, os repórteres fotográficos devem situar-se, trás da publicidade, no prolongamento das linhas de baliza.

3 – Nos jogos das Seleções Nacionais desde que o Delegado ao jogo autorize e as condições do estádio o permitam, os repórteres fotográficos podem ir até aos 16 metros da zona neutralizada, devendo fazê-lo, sempre, por detrás dos painéis publicitários.



3 – Sempre que os repórteres fotográficos pretendam circular de um lado para o outro do campo, devem fazê-lo pelo lado oposto ao dos bancos de suplentes.

CLÁUSULA 13ª

(Coletes)

1 – A FPF reconhece o colete do CNID como sendo o colete único, passando a ser obrigatório a partir da época desportiva 2006/07.

2 – O CNID enviará para a FPF a listagem referente aos coletes atribuídos aos repórteres fotográficos e colaboradores desportivos associados do CNID.

CLÁUSULA 14ª

(Casos omissos)

As situações não previstas no presente Protocolo serão resolvidas com clubes sob a mediação e decisão final da FPF.

CLÁUSULA 15ª

(Protecção)

1 – As bancadas de Imprensa destinam-se exclusivamente ao trabalho dos jornalistas, não sendo permitida a presença de adeptos, dirigente, atletas e funcionários dos clubes cujas atribuições se não relacionem directamente com o apoio logístico aos jornalistas.

2 – Os clubes ou as entidades organizadoras responsabilizam-se pela manutenção da total privacidade das bancadas de imprensa e respectivos acessos, bem como da protecção dos legítimos utentes daquelas.

CLÁUSULA 16ª

(Conferências de Imprensa)

1 – Os clubes disporão de locais próprios para a realização de conferências de imprensa, cujo acesso será garantido, sem discriminações nem restrições, a todos os jornalistas devidamente acreditados

2 – Para efeitos de controlo do número de lugares, nas conferências de Imprensa após a realização dos jogos, só terão acesso os jornalistas devidamente acreditados, garantindo-se, sempre, um lugar por órgão de comunicação social.

3 – As conferências de Imprensa destinam-se, por definição, aos jornalistas, pelo que não será permitida a presença nomeadamente de adeptos e funcionários cujas atribuições se não relacionem com os serviços de apoio a tais eventos.

CLÁUSULA 17ª

(Outros locais)

1 – Os clubes providenciarão para que nenhum membro dos seus corpos dirigentes, equipas técnicas, atletas, funcionários ou colaboradores habituais ou temporários impeçam os jornalistas de cumprirem as suas tarefas no local ou de algum modo criem condições objectivas de coacção.

2 – Os jornalistas comprometem-se a respeitar as áreas, para que não estejam devidamente acreditados, e o direito dos agentes desportivos a não prestar declarações.

CLÁUSULA 18ª

(Acesso às fontes)

1 – Sem embargo do direito de não prestar declarações, os clubes comprometem-se a fazer-se, sempre, representar, nas conferências de Imprensa após os jogos, pelos principais protagonistas.

2 – Os clubes proporcionarão aos jornalistas condições de acesso aos dirigentes, técnicos e atletas de ambas as equipas, a uma “zona mista”, entre a saída dos balneários e o espaço reservado ao estacionamento das viaturas dos protagonistas do espectáculo.

3 – Os jornalistas comprometem-se, nas transmissões directas, a avaliar as condições de serenidade dos protagonistas antes de os interpelar, como impõe o seu Código



Deontológico.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE DESPORTO

CAPITULO III

Acções a desenvolver

CLÁUSULA 19ª

(Informação)

1 – A FPF divulgará entre os clubes seus filiados o presente Protocolo e exigirá o seu cumprimento.

2 – O CNID divulgará entre os jornalistas e colaboradores desportivos seus associados, o presente Protocolo, bem como um conjunto de recomendações para os procedimentos a seguir durante o trabalho nos estádios e outros locais onde ocorram acontecimentos susceptíveis de serem noticiados.

CLÁUSULA 20ª

(Fiscalização)

Através dos seus órgãos competentes, a FPF disponibiliza-se para intervir quando houver fundadas queixas acerca da violação, por dirigentes, técnicos, atletas e funcionários de clubes, de direitos dos jornalistas e da normas deste Protocolo, cujas decisões divulgará entre os seus filiados e tornará públicas.

CLÁUSULA 21ª

(Das penalizações)

1 – A FPF poderá, em relação a jornalistas, repórteres fotográficos ou de rádio e/ou colaborador desportivo associado do CNID, retirar ou suspender a sua acreditação se se verificar que por qualquer meio estes violaram as normas do presente Protocolo ou dos regulamentos da FPF.

2 – O CNID aceita as medidas administrativas que a FPF eventualmente tome, em relação a jornalistas, repórteres fotográficos ou de rádio e/ou colaborador desportivo associado, que por qualquer meio violem as normas do presente Protocolo ou os regulamentos da FPF.

CLÁUSULA 22ª

(Comissões de acompanhamento)

A FPF e o CNID constituem-se em Comissão de Acompanhamento do Protocolo mantendo encontros periódicos ou a pedido de uma das partes.

Lisboa, 09 de Fevereiro de 2006

Peł A FPF

(Dr. Gilberto Parca Madaíl)

(Amândio José Correia de Carvalho)

Peł O CNID

(António Luís Pereira Florêncio)



ANEXO 9

Código Deontológico do Jornalista Aprovado em 4 de Maio de 1993

- 1.** O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
- 2.** O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
- 3.** O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
- 4.** O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
- 5.** O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.
- 6.** O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
- 7.** O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.



8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.

9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiverem causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.



ANEXO 10

CASO DO "ENVELOPE 9" NÃO JUSTIFICAVA SACRIFÍCIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA, CONSIDEROU O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

O Tribunal da Relação de Lisboa considerou ilegais as buscas e apreensões no âmbito do caso "envelope 9" e sublinhou que a actuação dos jornalistas do "24horas" não justificava que se pusesse em causa a liberdade de imprensa. No acórdão do Tribunal de Relação de Lisboa, que hoje deu razão ao recurso dos jornalistas do "24horas", os desembargadores Telo Lucas (relator), Rodrigues Simão e Carlos de Sousa concederam "parcial provimento ao recurso" e declararam a nulidade dos mandatos emitidos, das buscas e das apreensões efectuadas nos autos, considerando-os "um meio ilegal de obtenção de provas", adiantou à Lusa fonte ligada ao processo.

O caso do "envelope 9" foi revelado a 13 de Janeiro pelo jornal 24horas, que noticiou a existência, entre os documentos do processo de pedofilia na Casa Pia, de uma listagem de chamadas de vários titulares de órgãos de soberania, incluindo o ex-Presidente da República Jorge Sampaio.

A Procuradoria-Geral da República instaurou na altura um inquérito, que a 15 de Fevereiro levou à apreensão de computadores pessoais e materiais dos jornalistas do "24horas" responsáveis pela notícia que revelou a existência do envelope entre o processo.

De acordo com fonte ligada ao processo, o colectivo de juízes da Relação considerou que a conduta dos arguidos (jornalistas e director do "24horas") não justifica "o sacrifício" do direito fundamental consagrado no artigo 38º da Constituição da República Portuguesa (Liberdade de Imprensa e meios de comunicação social).

Contactado pela Lusa, o director do "24horas" congratulou-se com a decisão do Tribunal da Relação, vincando que esta vem assegurar a confidencialidade das fontes.

"As fontes dos jornalistas do `24horas`, que pedem anonimato, têm agora a garantia que a confidencialidade não vai ser quebrada", afirmou Pedro Tadeu à agência Lusa, salientando a importância desta decisão para o jornalismo português.

"É bom para os jornalistas do `24horas`, é bom para os jornalistas portugueses. A defesa do direito da confidencialidade das fontes está assegurada", acentuou.

"Estou muito satisfeito. Ficou provado que o Ministério Público (MP) agiu na ilegalidade", reforçou Pedro Tadeu.

Agência LUSA

Fonte: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=251043&visual=26>